



Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2023

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório do auditor independente.....	22
Balancos patrimoniais	30
Demonstrações dos resultados	32
Demonstrações dos resultados abrangentes	33
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	34
Demonstrações dos fluxos de caixa	36
Demonstrações do valor adicionado.....	38
Notas explicativas às demonstrações contábeis	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.....	116

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding de controle nacional privado que atua nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica. Tem como objetivo a construção e operação de projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países selecionados da América Latina, que apresentam estabilidade econômica, institucional e regulatória. No segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores companhias em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior Companhia nacional 100% de controle privado.

A Companhia busca maximizar o retorno dos acionistas por meio de moderada alavancagem financeira e perfil de dívida compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.

Como consequência, os ratings de crédito corporativo da Alupar refletem essa sólida estrutura de capital e a previsibilidade da forte geração de caixa: AAA (bra) na escala nacional e BB+ na escala internacional, pela Fitch Ratings. Comprometida em gerar valor para o acionista e para a sociedade, a Alupar possui grande competência técnica, forte disciplina financeira e responsabilidade social para continuar com o seu crescimento sustentável através do desenvolvimento de projetos de geração e sistemas de transmissão. E seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

- Participação em leilões para os ativos de transmissão;
- Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs, parques eólicos e centrais fotovoltaicas;
- Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina;
- Análise de projetos *brownfield* – M&A.

Transmissão

A Alupar possui participação em concessões de 35 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 8.805 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil e Peru dois perpétuos localizado na Colômbia e Chile.

Geração

A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e uma usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 798,5 MW em operação.

2. Governança Corporativa e Compliance

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de Governança Corporativa, seguindo todas as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3. Seguem as principais iniciativas e reconhecimentos neste tema:

- MSCI ESG Ratings – Classificação A
- Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
- Acionistas preferencialistas votam em pautas específicas da Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração contendo dois Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e; Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas, bem como Comitê de Auditoria e Comitê de Sustentabilidade
- Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
- Código de Conduta, Ética & Compliance, que pauta a conduta responsável da Companhia, disponível no website;
- Código de Conduta, Ética & Compliance de Terceiros, que pauta a conduta responsável da Companhia, disponível no website;
- Programa de Integridade;
- Compliance Officer;
- Canal de Denúncias Terceirizado;
- 10 % da remuneração variável atrelada a metas ESG.

3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 3.310.783.299,00 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	475.181.894	76,54%	1.745.228	0,59%	476.927.122	52,16%
Outros*	145.652.313	23,46%	291.696.269	99,41%	437.348.582	47,84%
Total	620.834.207	100,00%	293.441.497	100,00%	914.275.704	100,00%

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 04 de julho de 2023, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.217, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, estabelecendo reajuste de 3,94% para os contratos indexados em IPCA e (4,47)% para os contratos indexados em IGP-M, este último impacto mitigado pelo efeito positivo do portfólio contratado da Companhia que conta com 62% indexado em IPCA, 30% Indexado em IGPM e 8% em contratos dolarizados.

Em 2023, a Receita Líquida atingiu R\$ 3.311,4 milhões, ante os R\$ 3.833,7 milhões registrados em 2022. O EBITDA atingiu R\$ 2.511,6 milhões, ante os R\$ 3.015,5 milhões apurados em 2022 e o Lucro Líquido totalizou R\$ 694,1 milhões, ante os R\$ 918,5 milhões registrados em 2022.

5. Investimentos

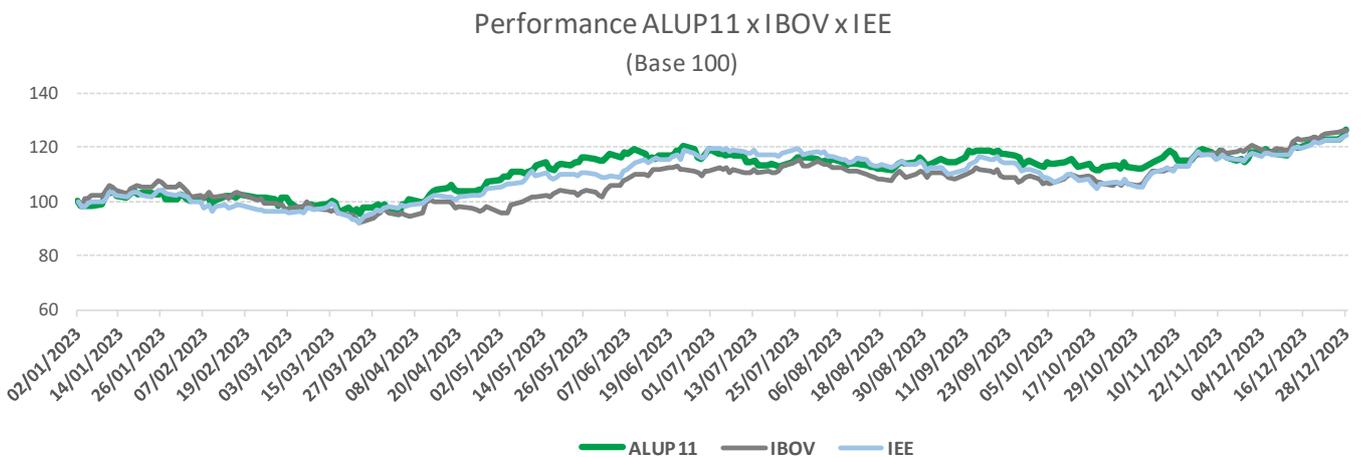
Em 2023 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 644,8 mm em nossas empresas, sendo R\$ 449,5 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 188,9 mm no segmento de geração, e R\$ 6,3 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os R\$ 1.116,1 mm registrados em 2022, quando R\$ 543,3 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 566,7 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 6,1 mm no desenvolvimento de novos negócios.

6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN).

As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2023 cotadas a R\$ 31,51, uma valorização de 26,80%, em relação ao fechamento de 2022. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 23,04% e o índice Ibovespa uma valorização de 23,58%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 9,6 bilhões.

Gráfico de Desempenho das Units da Alupar (ALUP11) comparado com o Ibovespa (IBOV) e Índice de empresas de Energia Elétrica (IEE):



Ao longo de 2023, as Units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 24,1 milhões, frente ao volume médio diário de R\$ 25,6 milhões, em comparação a 2022.

7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia.

Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.
- Renovação do Selo de Qualidade: Certificação FIA *Employee Experience* (FEEEx) 2023 – Clima Organizacional
- Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2023 – 4º ano consecutivo

8. Responsabilidade socioambiental

Além de garantir o pleno atendimento à legislação ambiental e às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, nosso modelo de gestão assegura a observância das principais tendências e demandas da sociedade em relação a uma atuação sustentável nos segmentos de transmissão e geração de energia. Assim, trabalhamos principalmente para potencializar os benefícios agregados por uma maior oferta de energias renováveis pela implantação de uma infraestrutura que contribui para o desenvolvimento socioambiental e econômico das comunidades locais.

Programas Ambientais

- Programa de Proteção da Área de Preservação Permanente e Reposição Florestal
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- Monitoramento e Manejo de Fauna e Flora
- Plano de Compensação Ambiental
- Monitoramento e Controle de Processos Erosivos
- Educação Ambiental e Comunicação Social

Biodiversidade e Clima

Os empreendimentos possuem mais de 70 km² em áreas de habitats protegidos ou restaurados e executam programas de monitoramento e conservação da fauna que contribuem para a identificação e acompanhamento de espécies ameaçadas de extinção.

Ao longo de 2023, reforçamos nossa agenda climática com a contratação de um software para a gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a inclusão do escopo 3 em nosso Inventário. Outra ação que corrobora com a sustentabilidade dos empreendimentos, especificamente os de geração de energia, é o registro dos projetos para gerar créditos de carbono, negociados no mercado internacional. Com cinco projetos aprovados na Convenção da ONU, temos uma estimativa de redução da emissão de 4,2M ton de CO₂.

Também participamos voluntariamente pelo primeiro ano do CDP, uma iniciativa global que reúne informações sobre a gestão da sustentabilidade de empresas e governos em todo o mundo, reforçando o nosso compromisso com a transparência de nossas informações ambientais. Em 2023, com os dados referentes à 2021, obtivemos a nota C no questionário de Mudanças Climáticas.

No pilar social, a Alupar acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Social:

R\$ 5,5 mm destinados a Projetos Sociais em 2023 através de Leis de Incentivo

- Lei de Incentivo à Cultura
- Lei de Incentivo ao Esporte
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
- Fundo de Amparo ao Idoso
- Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica

Projetos Sociais Alupar

- Mundoteca

A Mundoteca é uma biblioteca pública que visa contribuir para a melhoria da educação por meio do incentivo à leitura e da democratização do acesso ao livro. Com estrutura totalmente lúdica e um acervo cuidadosamente selecionado pela coordenadora pedagógica e pela diretora do projeto, conta com espaços para leitura, mobiliário acolhedor, brinquedos e jogos educativos e equipamentos eletrônicos, como tablets, Smart TV e computador.

O projeto também oferece treinamento para educadores das cidades onde opera, além de consultoria e acompanhamento pedagógico para os profissionais responsáveis pela gestão das bibliotecas.

Em 2023, foram inauguradas 3 novas unidades (Tucurí/PA, Breu Branco/PA, Açailândia/MA), com investimento de R\$ 465mil e com mais de 8.000 pessoas beneficiadas.

- Projeto Social “Ecosaneamento para os Córregos do Retiro e Ubaranas”

O projeto tem o objetivo de atender às demandas das famílias dentro dos eixos do saneamento básico, promovendo acesso à água potável, banheiros e gestão adequada dos resíduos para os moradores das comunidades rurais do Córrego de Ubaranas e Córrego do Retiro, no município de Aracati, Ceará, localizadas nas mediações do Complexo Eólico Pitombeiras, implantado e operado pelas empresas Energia dos Ventos I, II, III, IV e X.

O projeto reúne tecnologias que são próprias da Sustainable Development and Water for All (SDW), startup baiana, bem como outras disponíveis no mercado, com o intuito de beneficiar mais de 340 famílias. Contrato de Financiamento foi realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com um total de investimento de R\$ 1,3 milhão.

- Museu Nueva Esperanza

Em parceria com a universidade Uniminuto, na Colômbia, criamos o Museu Nueva Esperanza para abrigar o acervo arqueológico (16 toneladas de material) de 500 a.C, encontrado na Cordilheira dos Andes, durante as obras da TCE.

Programa de Diversidade e Inclusão

A Alupar possui um Programa de Diversidade e Inclusão chamado Alento, que tem por princípio a empatia cognitiva, escuta ativa, educação, engajamento, ética e eficácia social. Algumas das ações estão destacadas abaixo:

- Contratação de consultoria especializada em Diversidade e Inclusão;
- Realização de letramentos sobre temas de Diversidade com nossos colaboradores;
- Ações internas em datas de sensibilização de Diversidade;
- Criação da Comissão de Diversidade e Inclusão.

9. Cenário Macroeconômico

Sob a ótica da oferta, apesar do crescimento observado ao longo do primeiro semestre de 2023, a partir do segundo semestre, observa-se uma desaceleração. Em relação às atividades industriais e de serviços tipicamente mais sensíveis ao ciclo econômico, o destaque no período foi a performance do setor de “produção e distribuição de eletricidade, gás e água”, que apresentou evolução de 3,6% no terceiro trimestre de 2023 frente ao desempenho do trimestre imediatamente anterior.

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias segue resiliente, favorecido pelo aumento da renda das famílias (aumento do rendimento médio do trabalho e pela expansão dos pagamentos de benefícios sociais).

Apesar do cenário de resiliência na demanda das famílias descrito acima, os indicadores de inflação relevantes para a Companhia (IPCA e IGPM), seguiram uma trajetória de desaceleração, sendo que o IPCA encerrou 2023 em 4,62% (dentro do intervalo da meta definida pelo CMN), enquanto que o IGP-M encerrou o acumulado do ano em 0,07% comparado a 5,45% ao ano de 2022.

Por fim, dado que o Brasil iniciou antecipadamente o ciclo de aperto monetário em resposta aos cenários internacional e local do período de pandemia, o país está na liderança do fim do ciclo de alta dos juros. Neste cenário a taxa Selic encerrou 2023 11,75% comparado a 13,75% ao final de 2022, o que favorece o mercado de crédito, embora as taxas ainda permaneçam em patamares elevados.

10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Global Limited (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela Ernst & Young Global Limited (“EY”) foram contratados para o período de 2019 – 2023. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023 corresponde ao montante de R\$ 2.121.019,00 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2023 e das Informações Trimestrais (“ITR”) da Alupar Investimento S.A.

11. Balanço Social

	Consolidado							
	31/12/2023			31/12/2022				
Base de cálculo								
Receita Líquida (RL)	3.311.381			3.833.708				
Lucro operacional (LO)	2.357.695			2.865.955				
Folha de pagamento bruta (FPB)	218.774			207.053				
Valor adicionado total (VAT)	3.283.181			3.870.495				
Indicadores sociais internos								
		% sobre				% sobre		
		FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	40.164	18,36%	1,21%	1,22%	37.918	18,31%	0,99%	0,98%
Assistência Médica e Vale Transporte	16.926	7,74%	0,51%	0,52%	14.469	6,99%	0,38%	0,37%
Previdência Privada	3.176	1,45%	0,10%	0,10%	3.020	1,46%	0,08%	0,08%
Educação	474	0,22%	0,01%	0,01%	555	0,27%	0,01%	0,01%
Auxílio alimentação	11.311	5,17%	0,34%	0,34%	10.133	4,89%	0,26%	0,26%
Outros	3.941	1,80%	0,12%	0,12%	8.649	4,18%	0,23%	0,22%
	75.992	34,74%	2,29%	2,31%	74.744	36,10%	1,95%	1,93%
Indicadores sociais externos								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Doações e contribuições	2.854	0,12%	0,09%	0,09%	3.350	0,12%	0,09%	0,09%
Projetos de incentivo à cultura	5.573	0,24%	0,17%	0,17%	2.521	0,09%	0,07%	0,07%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	27.835	1,18%	0,84%	0,85%	26.412	0,92%	0,69%	0,68%
Tributos excluídos encargos sociais	682.736	28,96%	20,62%	20,79%	697.444	24,34%	24,34%	18,02%
	718.998	30,50%	21,71%	21,90%	725.211	25,46%	25,18%	18,85%
Indicadores ambientais								
		% sobre				% sobre		
		LO	RL	VAT		LO	RL	VAT
Investimentos relacionados à atividade da empresa								
Projetos de preservação ambiental	13.892	0,59%	0,42%	0,42%	6.645	0,23%	0,17%	0,17%
Projetos de educação ambiental em comunidades	955	0,04%	0,03%	0,03%	725	0,03%	0,02%	0,02%
Licenças ambientais	8.534	0,36%	0,26%	0,26%	301	0,01%	0,01%	0,01%
Desapropriações de terras	13.000	0,55%	0,39%	0,40%	1.135	0,04%	0,03%	0,03%
Manejo de vegetação	2.125	0,09%	0,06%	0,06%	1.971	0,07%	0,05%	0,05%
	38.506	1,63%	1,16%	1,17%	10.777	0,38%	0,28%	0,28%
Indicadores do corpo funcional								
Empregados no final do período	856				851			
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária	447				443			
Ensino médio	409				408			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	84				102			
De 30 até 50 anos	665				554			
Acima de 50 anos	107				195			
Admissões durante o ano	149				219			
Mulheres que trabalham na empresa	214				226			
Negros que trabalham na empresa	253				188			
Portadores de deficiências físicas	-				4			
Estagiários	2				3			
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,0				24,4			
Acidentes de trabalho	-				1			

■ Análise do Resultado Consolidado Societário (IFRS)

As informações abaixo refletem, além dos resultados consolidados dos segmentos de Transmissão e Geração detalhados ao longo das sessões acima, o resultado consolidado das Holdings Alupar, Windepar, Transminas, Alupar Chile, Alupar Peru, Alupar Colômbia e Apaete.

➔ Receita Operacional Líquida Consolidada – IFRS:

A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de R\$ 878,3 mm no 4T23, um crescimento de 19,9% frente aos R\$ 732,3 mm registrados no mesmo período do ano passado.

Composição da Receita Líquida Consolidada por Segmento (IFRS)

R\$ MM	3T23	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(a) Receita Bruta	725,6	959,2	827,4	15,9%	3.633,9	4.250,0	(14,5%)
Transmissão	514,2	750,2	644,8	16,3%	2.811,3	3.554,6	(20,9%)
Geração	211,5	209,0	182,5	14,5%	822,6	695,4	18,3%
Holdings	-	-	-	-	-	-	-
(b) Deduções	76,7	80,9	95,1	(14,9%)	322,5	416,3	(22,5%)
Receita Líquida (a – b)	649,0	878,3	732,3	19,9%	3.311,4	3.833,7	(13,6%)

(a) aumento de R\$ 105,4 mm no faturamento das transmissoras, sendo:

(i) aumento de R\$ 119,9 mm na Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, que totalizou R\$ 549,9 mm no 4T23, ante os R\$ 430,0 mm registrados no 4T22. Esta variação decorre basicamente do crescimento de R\$ 150,7 mm na Correção Monetária do Ativo Contratual, principalmente em razão da variação do índice Geral de Preços - Mercado, conforme abaixo:

• Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"): 4T23: 1,46% (4T22: -2,46%)

* considera o período de apuração os meses de setembro a novembro.

(-) redução de R\$ 13,7 mm na Receita de Infraestrutura, que totalizou R\$ 50,8 mm no 4T23, ante os R\$ 64,5 mm registrados no 4T22, principalmente pela queda de R\$ 8,3 mm na transmissora EBTE, devido a investimentos realizados de reforços e melhorias na Subestação Parecis entre o 2S22 e o 1S23.

(b) aumento de R\$ 26,4 mm na Receita de Suprimento de Energia, conforme tabela abaixo:

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T23	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	525.477	212,50	111.663	44.735	209,99	9.394				570.212	212,30	121.057
Contrato Bilateral ACL	259.606	285,28	74.061				(88.099)	252,11	(22.211)	171.507	302,32	51.850
Comercialização	121.440	113,94	13.836	91.717	177,13	16.246				213.157	141,13	30.082
Partes Relacionadas	41.399	125,72	5.205	34.741	76,68	2.664	(61.755)	67,76	(4.185)	14.385	256,09	3.684
CCEE/Ajustes / Ressarcimentos			903			146						757
Outras Receitas Operacionais			1.502									1.502
Total			207.171			28.198			(26.395)			208.973

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T22	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Contrato Bilateral ACR	395.750	240,88	95.330	44.805	210,00	9.409				440.555	237,74	104.739
Contrato Bilateral ACL	218.802	340,63	74.531				(88.099)	242,44	(21.359)	130.703	406,82	53.172
Comercialização	145.608	138,44	20.157	21.679	153,11	3.319				167.287	140,34	23.477
Partes Relacionadas	223	78,92	18	24.171	55,69	1.346	(24.394)	55,90	(1.364)	-		-
CCEE/Ajustes / Ressarcimentos			1.076			85						1.161
Total			191.111			14.159			(22.722)			182.548
Variações			16.059			14.039			(3.673)			26.425

→ Custos dos Serviços – IFRS:

Neste trimestre, os Custos dos Serviços totalizaram R\$ 230,1 mm ante os R\$ 197,5 mm registrados no mesmo período do ano passado. Segue abaixo as principais variações nesse grupo de contas:

(a) aumento de R\$ 17,3 mm no **Custo de Infraestrutura**, que totalizou R\$ 78,5 mm neste trimestre, comparado aos R\$ 61,2 mm registrados no 4T22, exclusivamente pelo crescimento de R\$ 18,8 mm na transmissora ELTE, em fase de implantação

(b) aumento de R\$ 6,9 mm na **Compra de Energia**, conforme tabela abaixo:

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T23	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(105.240)	77,39	(8.144)	(101.347)	51,00	(5.169)	-	-	-	(206.587)	64,44	(13.313)
CCEE/Ajustes	-	-	(5.089)	-	-	(495)	-	-	-	-	-	(5.584)
Partes Relacionadas	(34.741)	76,67	(2.664)	(72.362)	327,96	(23.732)	107.104	246,45	26.396	-	-	-
Impostos	-	-	566	-	-	2.596	-	-	-	-	-	3.162
Total			(15.332)			(26.800)			26.396			(15.736)

Compra de Energia	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
4T22	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
Comercialização	(114.816)	79,54	(9.132)	(2.976)	55,78	(166)	-	-	-	(117.792)	78,94	(9.298)
CCEE/Ajustes	-	-	(2.747)	-	-	(21)	-	-	-	-	-	(2.768)
Partes Relacionadas	(24.395)	55,19	(1.346)	(88.322)	242,03	(21.377)	112.494	202,00	22.723	-	-	-
Impostos	-	-	965	-	-	2.272	-	-	-	-	-	3.237
Total			(12.261)			(19.292)			22.723			(8.829)
Variações			(3.071)			(7.508)			3.672			(6.907)

(d) aumento de R\$ 4,0 mm na **Depreciação / Amortização**, principalmente pela entrada em operação dos parques eólicos São João (EAP I) e Santa Regia (EAP II);

Custos dos Serviços por Segmento (IFRS)

R\$ MM	3T23	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Transmissão	107,4	124,6	110,3	13,0%	426,2	362,8	17,4%
Geração	93,7	105,5	87,2	21,0%	371,6	329,8	12,7%
Holdings	-	-	-	-	-	-	-
Total	201,2	230,1	197,5	16,5%	797,8	692,7	15,2%

Composição do Custos dos Serviços (IFRS)

R\$ MM	3T23	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Custo dos Serviços Prestados	71,3	82,8	78,3	5,7%	273,1	255,2	7,0%
Compra de Energia	12,7	15,7	8,8	78,2%	50,3	42,5	18,4%
Encargos da Rede Elétrica - CUST	12,5	11,4	11,4	0,4%	47,6	40,5	17,4%
Recursos Hídricos - CFURH	1,9	1,3	1,4	(9,5%)	9,4	9,6	(2,2%)
Custo de Infraestrutura	63,3	78,5	61,2	28,4%	269,6	203,1	32,7%
Depreciação / Amortização	39,4	40,4	36,4	11,0%	147,9	141,7	4,3%
Total	201,2	230,1	197,5	16,5%	797,8	692,7	15,2%

→ Despesas Operacionais – IFRS:

No 4T23, as Despesas Operacionais totalizaram **R\$ 81,2 mm** ante os **R\$ 49,0 mm** registrados no 4T22.

As principais variações nas Despesas Operacionais entre o 4T23 e o 4T22 referem-se a:

(a) aumento de **R\$ 23,3 mm** nas **Despesas Administrativas e Gerais**, principalmente pelo:

(i) aumento de R\$ 17,7 mm nas Holdings, sendo principalmente: (+) R\$ 10,2 mm na Alupar Holding em razão da baixa contábil de projetos de geração descontinuados e; (+) R\$ 6,0 mm na Alupar Peru em decorrência de gastos incorridos para participação em leilões;

(ii) aumento R\$ 5,4 mm no segmento de Transmissão Consolidado, principalmente pelo: (+) R\$ 2,0 mm nas transmissoras Transirapé e Transleste decorrentes de gastos com assessoria jurídica e; (+) R\$ 1,2 mm na transmissora STN relacionados a contribuições para leis de incentivo ao esporte, cultural e social e gastos com consultoria de TI;

(b) aumento **R\$ 22,5 mm** na conta **Outras Receitas / Outras Despesas**, basicamente pelo aumento de R\$ 27,3 mm na linha Outras Despesas da transmissora ERTE, em razão de evento não recorrente relacionado ao reposicionamento tarifário negativo proposto pela Aneel em 2020 e;

(c) aumento **R\$ 12,3 mm** no **Resultado de Equivalência Patrimonial**, exclusivamente pela melhora no resultado da TNE, que totalizou R\$ 28,0 mm neste trimestre, frente aos R\$ 3,1 mm no 4T22. O resultado desse trimestre foi impactado, principalmente pelo: (i) reconhecimento em 2023, do reequilíbrio da Receita do CER (subestação Boa Vista), atualizada conforme Resolução Homologatória 3.174/23, refletindo o percentual da RAP conforme definido em contrato e; (ii) crescimento de R\$ 233,2 mm na Receita de Infraestrutura decorrente de gastos com a implantação do projeto.

Despesas Operacionais por Segmento (IFRS)

R\$ MM	3T23	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Transmissão	9,6	40,1	28,6	40,1%	48,6	211,8	(77,0%)
Geração	9,0	12,8	9,9	29,2%	36,5	15,2	139,7%
Holdings	15,1	28,3	10,4	171,0%	70,8	48,0	47,4%
Total	33,6	81,2	49,0	65,7%	155,9	275,1	(43,3%)

Composição dos Despesas Operacionais (IFRS)

R\$ MM	3T23	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Administrativas e Gerais	16,2	40,7	17,4	134,0%	80,9	59,1	37,0%
Pessoal e Administradores	23,9	24,8	26,1	(4,8%)	97,7	87,1	12,2%
Equivalência Patrimonial	(6,2)	(13,9)	1,6	-	(41,2)	(6,0)	-
Outros	(1,7)	28,1	5,7	-	12,4	127,1	(90,2%)
Depreciação / Amortização	1,5	1,5	1,5	(0,1%)	6,0	7,8	(23,1%)
Total	33,6	81,2	49,0	65,7%	155,9	275,1	(43,3%)

→ EBITDA e Margem EBITDA Consolidada - IFRS:

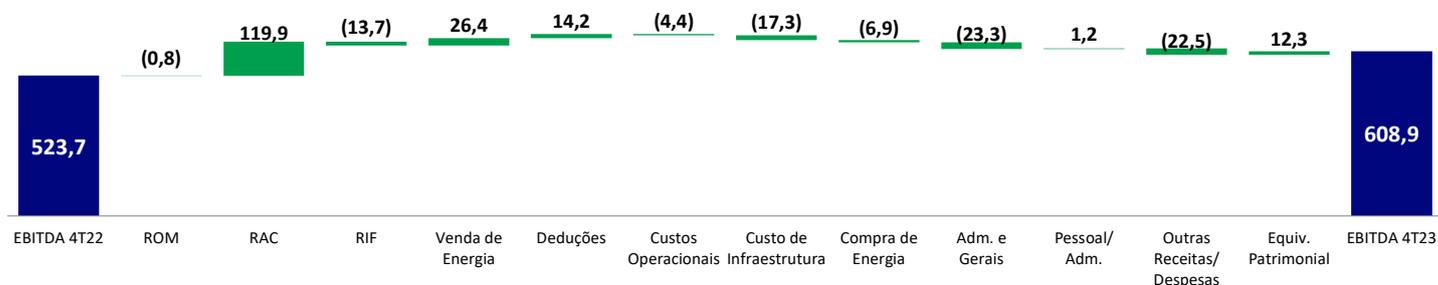
Totalizou R\$ 608,9 mm no 4T23, um crescimento de 16,3% frente aos R\$ 523,7 mm apurados no 4T22.

A margem EBITDA ajustada ficou em 76,1% neste trimestre, comparado a 78,0% registrados no 4T22.

EBITDA – IFRS (R\$ MM)							
	3T23	4T23	4T22	Var%	2023	2022	Var%
Receita Líquida - IFRS	649,0	878,3	732,3	19,9%	3.311,4	3.833,7	(13,6%)
Custos Operacionais	(85,7)	(95,5)	(91,1)	4,8%	(330,0)	(305,3)	8,1%
Custo de Infraestrutura	(63,3)	(78,5)	(61,2)	28,4%	(269,6)	(203,1)	32,7%
Compra de Energia	(12,7)	(15,7)	(8,8)	78,2%	(50,3)	(42,5)	18,4%
Despesas Operacionais	(38,4)	(93,6)	(49,1)	90,6%	(191,1)	(273,2)	(30,1%)
Equivalência Patrimonial	6,2	13,9	1,6	770,5%	41,2	6,0	590,0%
EBITDA	455,1	608,9	523,7	16,3%	2.511,6	3.015,5	(16,7%)
Margem EBITDA	70,1%	69,3%	71,5%	(2,2 p.p.)	75,8%	78,7%	(2,9 p.p.)
Margem EBITDA Ajustada*	77,7%	76,1%	78,0%	(1,9 p.p.)	82,6%	83,1%	(0,5 p.p.)

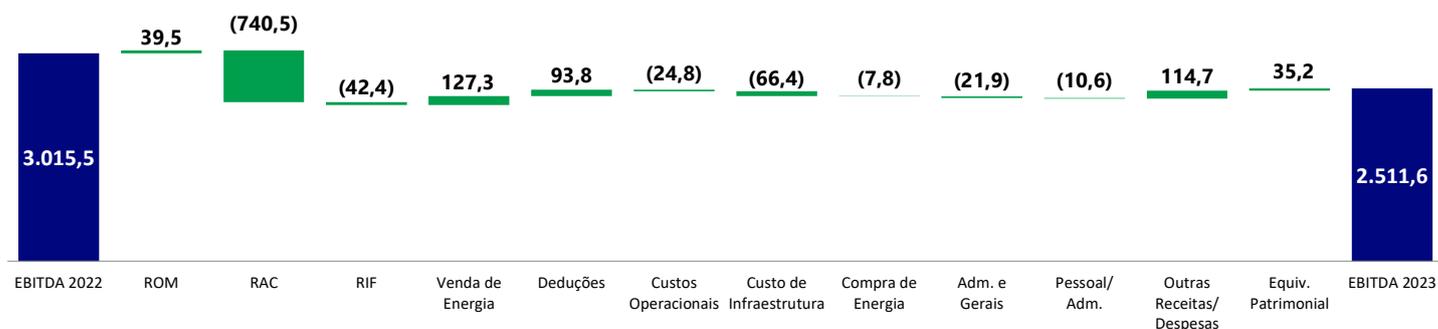
Formação do EBITDA 4T23

(R\$ Milhões)



Formação do EBITDA 2023

(R\$ Milhões)



→ Resultado Financeiro Consolidado - IFRS:

Totalizou **R\$ (183,9) mm** no 4T23, uma redução de 15,3% frente aos R\$ (217,1) mm apurados no 4T22. Esta variação é explicada pela:

(a) redução de R\$ 24,9 mm nas Despesas Financeiras, sendo os principais impactos:

(-) R\$ 14,5 mm decorrente da redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") que apresentou inflação de 1,08% no acumulado do 4T23, ante 1,63% registrado no acumulado do 4T22;

(-) R\$ 10,8 mm decorrente da redução da taxa média dos depósitos interfinanceiros ("CDI"), que registrou 2,83% no acumulado do 4T23, ante os 3,20% no acumulado do 4T22 e;

(b) aumento de R\$ 8,4 mm nas Receitas Financeiras, principalmente em razão do aumento da posição média de caixa das transmissoras, que totalizou R\$ 1.156,7 no 4T23 ante os R\$ 1.005,7 no 4T22.

Composição do Resultado Financeiro – IFRS (R\$ MM)



→ Lucro Líquido Consolidado - IFRS:

No 4T23, o Lucro Líquido Consolidado totalizou **R\$ 141,2 mm** no 4T23 ante R\$ 191,8 mm apurados no 4T22. Esta variação é resultante de:

(a) aumento de R\$ 85,2 mm no EBITDA, conforme detalhado anteriormente na seção “EBITDA e Margem EBITDA Consolidada - IFRS”;

(b) redução de R\$ 33,3 mm no Resultado Financeiro, conforme detalhado na seção acima “Resultado Financeiro Consolidado - IFRS”;

(c) aumento de R\$ 164,4 mm em IR/CSLL, principalmente pela variação de R\$ 142,3 mm no segmento de Transmissão, em razão do aumento de R\$ 138,8 mm no IR/CSLL Diferido. Segue abaixo as principais variações:

R\$ MM	TCC	EATE	TPE	ENTE	EBTE	OUTROS	TOTAL
4T22	8,0	51,8	11,4	18,7	(0,9)	23,0	111,9
4T23	(41,0)	7,2	(10,6)	3,1	(16,2)	27,2	(30,4)
Total	49,0	44,6	22,0	15,6	15,3	(4,2)	142,3

Formação do Lucro 4T23

(R\$ milhões)



Formação do Lucro 2023

(R\$ milhões)



■ Consolidação do Resultado Societário (IFRS)

Trimestre findo em 31/12/2023					
Transmissão Consolidado	Geração Consolidado	Holdings (Alupar / Windepar / Transminas / Alupar Chile / Alupar Peru / Alupar Colômbia / Apaete)	Eliminações Holdings	Consolidado	
Receita operacional bruta	750.195	208.977	14.551	(14.551)	959.172
Receita de transmissão de energia	156.752				156.752
Receita de infraestrutura	50.753				50.753
Remuneração do Ativo de Concessão	549.898				549.898
Suprimento de energia		207.475			207.475
Comissão de aval			14.551	(14.551)	-
(-) Parcela variável	(7.208)				(7.208)
Outras receitas operacionais		1.502			1.502
Deduções da receita operacional bruta	(63.450)	(16.261)	(1.190)	-	(80.901)
PIS	(9.883)	(2.589)	(124)		(12.596)
COFINS	(45.520)	(11.939)	(446)		(57.905)
ICMS		(40)			(40)
ISS		(84)	(620)		(704)
IVA					-
Reserva Global de Reversão - RGR	44				44
Res. Global de Reversão - RGR diferido	574				574
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.398)	(389)			(2.787)
FNDCT	(2.395)	(389)			(2.784)
Ministério de minas e energia - MME	(1.203)	(193)			(1.396)
Taxa de fiscalização de energia elétrica - TFSSE	(2.669)	(638)			(3.307)
Receita operacional líquida	686.745	192.716	13.361	(14.551)	878.271
Custo do serviço	(124.629)	(105.463)			(230.092)
Energia comprada para revenda		(15.734)			(15.734)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(11.443)			(11.443)
Compensação fin. recursos hídricos - CFURH		(1.256)			(1.256)
Custo dos serviços prestados	(45.056)	(37.709)			(82.765)
Custo de infraestrutura	(78.497)				(78.497)
Depreciação / Amortização	(1.076)	(39.203)			(40.279)
Utilização do Bem Público - UBP		(118)			(118)
Lucro bruto	562.116	87.253	13.361	(14.551)	648.179
Despesas e receitas operacionais	(40.074)	(12.837)	173.944	(202.218)	(81.185)
Administrativas e gerais	(14.455)	(6.006)	(20.237)		(40.698)
Pessoal	(10.860)	(6.843)	(7.123)		(24.826)
Resultado de equivalência patrimonial	13.911		202.218	(202.218)	13.911
Depreciação / Amortização	(588)	(290)	(592)		(1.470)
Outras receitas	1.403	302	-		1.705
Outras despesas	(29.485)	-	(322)		(29.807)
EBIT	522.042	74.416	187.305	(216.769)	566.994
Depreciação / Amortização	(1.664)	(39.611)	(592)		(41.867)
EBITDA	523.706	114.027	187.897	(216.769)	608.861
Despesas financeiras	(178.352)	(55.371)	(20.977)	268	(254.432)
Encargos de dívidas	(172.250)	(63.721)	(27.322)		(263.293)
Variações cambiais	(1.690)	11.356	7.958		17.624
Outras	(4.412)	(3.006)	(1.613)	268	(8.763)
Receitas financeiras	29.034	16.863	24.953	(268)	70.582
Receitas de aplicações financeiras	23.675	15.708	24.650	-	64.033
Outras	5.359	1.155	303	(268)	6.549
	(149.318)	(38.508)	3.976	-	(183.850)
EBT	372.724	35.908	191.281	(216.769)	383.144
IR / CSLL	(111.891)	(13.746)	(532)	(90)	(126.259)
Imposto de renda	(6.206)	858	1.232		(4.116)
Contribuição social	(19.424)	(3.297)	337		(22.384)
Imposto de renda diferido	(76.266)	(12.046)	(2.101)	(66)	(90.479)
CSLL diferido	(9.995)	739	-	(24)	(9.280)
Lucro líquido Consolidado	260.833	22.162	190.749	(216.859)	256.885
Participação de não controladores	(105.689)	(5.069)	(4.965)		(115.723)
Lucro líquido Alupar	155.144	17.093	185.784	(216.859)	141.162

■ Destinação dos Resultados:

→ Dividendos:

Em 5 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia recomendou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 347,4, **equivalente a 55% do Lucro Líquido Regulatório, excluindo a Reserva Legal Obrigatória.**

Deste total, o valor de R\$ 109,7 mm já foi desembolsado na forma de dividendos intercalares, correspondentes a R\$ 0,12 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$ 0,36 por Unit. O saldo de R\$ 237,7 mm, correspondente à R\$ 0,26 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$ 0,78 por Unit será pago em até 60 dias da deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de abril de 2024.

Segue abaixo a abertura da destinação dos resultados:

Destinação dos Resultados Exercício de 2023	R\$ MM
Lucro líquido do exercício	694,1
(-) Reserva legal (5%)	(34,7)
Saldo disponível para destinação	659,4
(1) Dividendos Obrigatórios	164,8
1.1. Dividendos Intercalares já pagos	109,7
1.2. Dividendos obrigatórios remanescentes	55,1
(2) Dividendos adicionais	8,9
Lucro Remanescente a disposição da Assembleia	485,6
(3) Dividendos declarados da reserva de lucros a realizar	173,7
(1 + 2 + 3) Dividendos Totais Declarados	347,4
Dividendos a Pagar	237,7

→ Bonificação:

O Conselho de Administração recomendou, também, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia, no valor de **R\$ 362.784.597,76** mediante a capitalização de parte do saldo contábil de Reserva de investimentos da Companhia, no referido valor, com a emissão de **36.571.028 novas ações**, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitada a proporção atual do capital social da Companhia entre as ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de **4 novas ações para cada 100 ações existentes (razão de 4,0%)**, independente da sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. O valor atribuído às ações bonificadas será de **R\$ 9,92 por ação**, independentemente da espécie e equivalente a **R\$ 29,76 por Unit**.

As ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições atribuídas às ações já existentes da Companhia, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados **a partir de 22 de abril de 2024**. Para fins de esclarecimento, **as ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas não farão jus aos dividendos declarados na AGOE de 19 de abril de 2023**.

■ Investimentos

No 4T23 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 189,9 mm em nossas empresas, sendo R\$ 123,8 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 64,6 mm no segmento de geração, e R\$ 1,5 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os R\$ 394,2 mm registrados no 4T22, quando R\$ 154,9 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 237,5 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 1,7 mm no desenvolvimento de novos negócios.

O volume de investimentos realizados neste trimestre reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ELTE e TCE que totalizaram R\$ 122,3 mm e dos ativos de geração eólica Agreste Potiguar e UFV Pitombeira que totalizaram R\$ 59,8 mm.

Composição dos Investimentos

R\$ MM	4T23	4T22	2023	2022
Transmissão⁽¹⁾	123,8	154,9	449,5	543,3
ELTE	76,9	58,1	254,0	143,6
TCE	45,3	93,7	179,9	340,1
ESTE	-	-	-	57,0
Outros	1,6	3,0	15,5	2,6
Geração	64,6	237,5	188,9	566,7
La Virgen	-	51,9	-	52,0
Eol. Agreste Potiguar	38,4	25,0	99,3	327,8
Pitombeira	21,4	156,5	71,2	174,9
Outros	4,8	4,2	18,4	12,0
 Holding	1,5	1,7	6,3	6,1
Total	189,9	394,2	644,8	1.116,1

(1) Com exceção da TCE o valor do investimento das transmissoras é exatamente o valor contabilizado como custo de infraestrutura.

■ Endividamento

→ Alupar Holding:

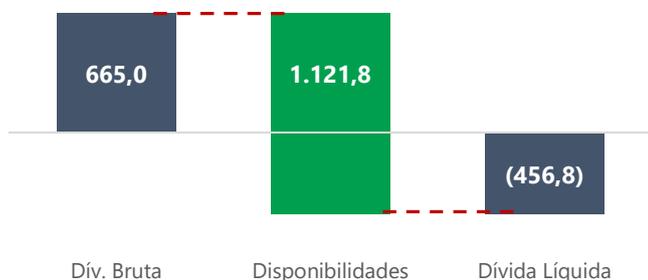
No 4T23, a dívida bruta da Alupar – Holding totalizou R\$ 665,0 mm, ante os R\$ 666,8 mm registrados em dez/22. Esta variação resulta de:

- (i) provisão de encargos, totalizando R\$ 92,0 mm;
- (ii) amortização de encargos, no montante de R\$ 93,7 mm.

As disponibilidades e investimentos de curto prazo da Alupar - Holding totalizaram R\$ 1.121,8 mm, ante os R\$ 976,7 mm registrados em dez/22. Esta variação é explicada principalmente pelo:

- (i) pagamento de dividendos no montante de R\$ 495,1 mm;
- (ii) aportes de R\$ 115,1 mm realizados nos projetos, sendo os principais: (ii.i) R\$ 56,9 mm na Alupar Peru; (ii.ii) R\$ 17,6 mm na UFV Pitombeira; (ii.iii) R\$ 16,0 mm no complexo eólico EAP; (ii.iv) R\$ 13,5 mm na transmissora TNE; (ii.v) R\$ 4,9 mm na Alupar Colômbia;
- (iii) pagamento de juros da VII Emissão de debêntures da Alupar – Holding, no montante de R\$ 93,7 mm;
- (iv) recebimento de dividendos das subsidiárias no montante de R\$ 761,3 mm;
- (v) receitas com aplicações financeiras, totalizando R\$ 70,4 mm.

Dívida Total dez/23

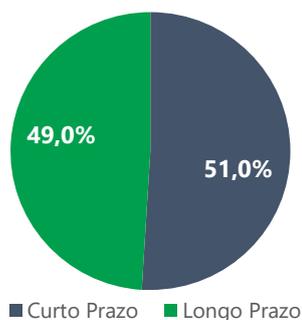


Dívida Total dez/22

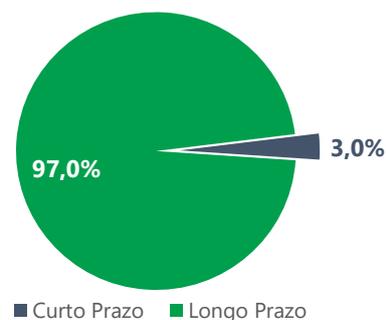


A dívida bruta da Alupar – Holding consiste na VII emissão de debêntures, indexada por CDI, com um perfil bem alongado, sendo seus vencimentos alocados entre 2024 e 2025. Abaixo o perfil da dívida da Alupar – Holding:

Perfil da Dívida | Alupar Holding (dez/23)



Perfil da Dívida | Alupar Holding (dez/22)



Para mais informações sobre o Endividamento da Alupar - Holding, favor verificar as Notas Explicativas 17 “Empréstimos e Financiamentos” e 18 “Debêntures” das demonstrações financeiras do 4T23.

→ Consolidado:

A dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R\$ 11.774,4 mm no 4T23, ante os R\$ 11.636,1 mm apurados em dez/22. Esta variação é explicada principalmente pela:

- (i) redução de R\$ 1,8 mm na Alupar - Holding, conforme explicado anteriormente;
- (ii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R\$ 1.251,1 mm;
- (iii) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 966,9 mm;
- (iv) amortização de principal das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 752,0 mm;
- (v) redução de R\$ 98,9 mm, decorrente da variação cambial;
- (vi) novas captações, no montante de R\$ 706,9 mm, sendo: transmissora EATE (R\$ 308,8 mm), transmissora ENTE (R\$ 49,7 mm), parques eólicos EAPs I e II (R\$ 168,2 mm), Alupar Colômbia / TCE (R\$ 143,7 mm), Alupar Peru (R\$ 36,5 mm);

As disponibilidades (caixa equivalente de caixa / investimentos de curto prazo / títulos e valores mobiliários) totalizaram R\$ 2.831,6 mm no 4T23, ante os R\$ 2.825,2 mm registrados em dez/22.

A dívida líquida registrada no 4T23 totalizou R\$ 8.942,9 mm, ante os R\$ 8.810,9 mm registrados em dez/22.

Dívida Total dez/23



Dívida Total dez/22



No 4T23 a dívida de curto prazo totalizou R\$ 2.135,6 mm (18,1% da dívida total), ante os R\$ 1.151,0 mm registrados em dez/22.

Dos 18,1% da dívida de curto prazo, 19,0% ou R\$ 405,0 mm são referentes a empréstimos ponte.

Da dívida bruta consolidada: (i) R\$ 665,0 mm referem-se à Alupar – Holding; (ii) R\$ 9.730,1 mm estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e; (iii) R\$ 1.379,3 mm referem-se aos projetos em implantação (TCE / Alupar Colômbia: R\$ 629,9 mm / UFV Pitombeira: R\$ 237,4 mm / ELTE: R\$ 512,0 mm);

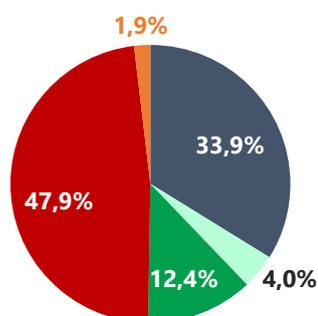
No 4T23, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 9.434,7 mm ou 80,1% da dívida total, sendo:

- (i) R\$ 665,0 mm na Alupar - Holding;
- (ii) R\$ 8.020,2 mm nas subsidiárias em operação e;
- (iii) R\$ 749,4 mm nas subsidiárias em implantação (UFV Pitombeira / Transmissora ELTE).

A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 1.313,1 mm, sendo R\$ 1.249,9 mm alocados nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

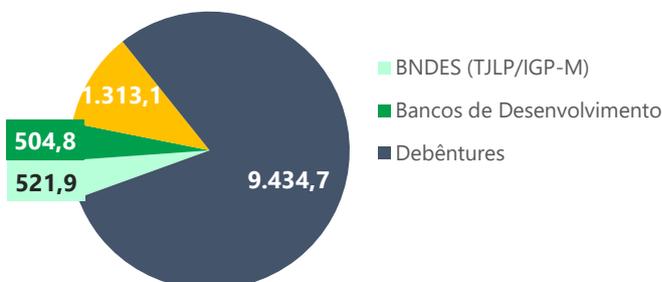
Para mais informações sobre o Endividamento Consolidado, favor verificar as Notas Explicativas 17 "Empréstimos e Financiamentos" e 18 "Debêntures" das demonstrações financeiras do 4T23.

Composição da Dívida por Indexador



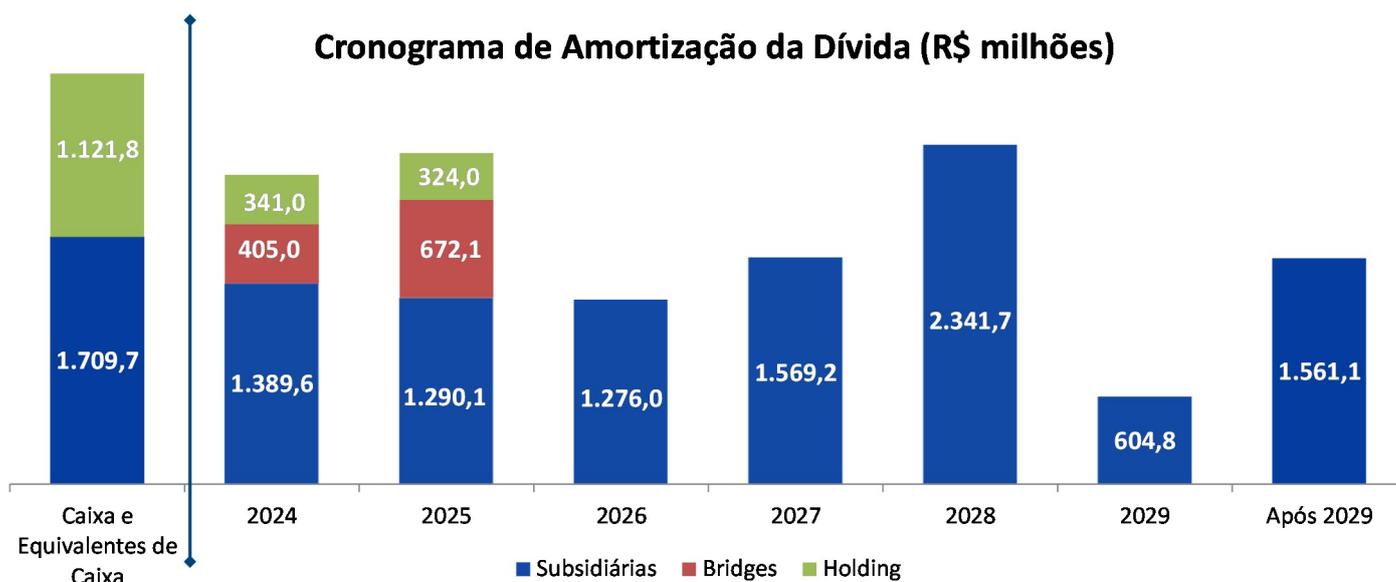
■ CDI ■ TJLP ■ Moeda Estrangeira ■ IPCA ■ Outros

Composição da Dívida por Total (R\$ MM)



O perfil de dívida consolidada da Alupar é bastante alongado, compatível com a natureza de baixo risco de negócios da Companhia, alta previsibilidade de receitas e forte geração de caixa operacional dos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



BRIDGES (MM)	2024	2025
La Virgen / Alupar Inversiones	R\$ 43,4	R\$ 172,5
Alupar Colômbia	R\$ 111,7	
UFV Pitombeira	R\$ 237,4	
ELTE	R\$ 12,5	R\$ 499,5
TOTAL	R\$ 405,0	R\$ 672,1

Fitch Ratings

- ✓ Corporativo (escala nacional) **AAA**
- ✓ Escala Internacional **BB+**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.5 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*), conforme divulgado na nota explicativa 3.13, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.13 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 o saldo do imobilizado da Companhia é de R\$ 5.589.542 mil no consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R\$ 1.272.158 mil registrado como ativo imobilizado, para o qual a avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos da diretoria na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas baseadas em projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, conseqüentemente, no saldo registrado nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada, com o envolvimento de especialistas em avaliação, quando aplicável; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; e (iii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas 3.8 e 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2024

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-1SP184050/O

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Circulante				
	1.193.731	1.039.120	5.419.566	5.391.721
Caixa e equivalentes de caixa	5	168.176	343.170	823.209
Investimentos de curto prazo	6	953.647	633.531	1.852.958
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	155.384
Contas a receber de clientes	8	14.786	12.788	288.702
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27	48.468	46.980	112.383
Outros tributos compensáveis	15	-	397	66.591
Estoques		-	-	10.278
Despesas pagas antecipadamente		11	11	12.141
Depósitos judiciais	20	-	-	384
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.984.827
Outros ativos circulantes		8.643	2.243	112.709
	7.149.639	7.046.531	23.016.515	22.542.211
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
	18.779	8.965	16.926.243	16.771.965
Contas a receber de clientes	8	-	-	52.449
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27	-	-	3.187
Outros tributos compensáveis	15	-	-	5.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	58.800
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	10.244
Despesas pagas antecipadamente		-	-	8.201
Depósitos judiciais	20	744	914	14.877
Ativo contratual da concessão	9	-	-	16.688.963
Outros ativos não circulantes		18.035	8.051	83.545
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	10	7.091.515	6.984.450	223.759
Propriedades para investimento		8.960	7.016	8.960
Imobilizado	12	1.536	1.807	5.589.542
Intangível	13	28.849	44.293	268.011
Total do Ativo		8.343.370	8.085.651	28.436.081
			27.933.932	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo					
Circulante					
	656.273	476.977	3.248.718	2.558.195	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	472.270	653.418
Debêntures	18	341.015	18.898	1.663.287	497.611
Fornecedores	14	13.118	9.625	191.620	239.119
Salários, férias e encargos sociais		6.675	6.238	45.654	45.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27	385	7.516	63.551	100.195
Encargos regulatórios	15	-	-	39.010	53.767
Outros tributos a pagar	15	17.573	12.577	98.325	97.253
Passivo de arrendamento		159	145	8.075	8.531
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	172.507	170.347
Dividendos a pagar	28	274.289	421.978	331.379	552.380
Adiantamentos de clientes		-	-	21.296	6.779
Opções de compra de ações outorgadas	1.1 h)	3.057	-	10.734	-
Provisões	20	-	-	114.891	94.699
Outras passivos circulantes		2	-	16.119	38.771
Não circulante					
	331.556	650.611	14.558.573	15.004.118	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.867.508	1.866.200
Debêntures	18	324.015	647.928	7.771.366	8.618.877
Passivo de arrendamento		447	606	38.010	36.263
Adiantamentos de clientes		-	-	6.143	173
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	-	8.860
Adiantamento para futuro aumento de capital	28	-	-	293	293
Encargos regulatórios	15	-	-	16.641	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	2.890.782	2.700.528
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	16	-	-	1.499.059	1.473.986
Passivo contratual com clientes	19	-	-	270.522	116.330
Provisões	20	6.737	1.877	189.375	156.585
Outras passivos não circulantes		357	200	8.874	26.023
Total do Passivo	987.829	1.127.588	17.807.291	17.562.313	
Patrimônio líquido					
	7.355.541	6.958.063	10.628.790	10.371.619	
Capital social subscrito e integralizado	21.b	3.310.783	2.981.996	3.310.783	2.981.996
(-) Gastos com emissão de ações		(65.225)	(65.225)	(65.225)	(65.225)
Reserva de capital	21.d	67.360	16.966	67.360	16.966
Reservas de lucros	21.c	3.996.686	3.978.834	3.996.686	3.978.834
Outros resultados abrangentes	21.f	45.937	45.492	45.937	45.492
Participação dos acionistas não controladores	11	-	-	3.273.249	3.413.556
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.343.370	8.085.651	28.436.081	27.933.932	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura, Suprimento de Energia e Prestação de serviços	150.208	169.893	1.496.139	1.360.089
Remuneração financeira do ativo de concessão	-	-	1.815.242	2.473.619
Receita operacional líquida	150.208	169.893	3.311.381	3.833.708
Custo dos serviços prestados	(99.149)	(88.530)	(528.202)	(489.511)
Custo de infraestrutura	-	-	(269.565)	(203.142)
Custo do serviço	(99.149)	(88.530)	(797.767)	(692.653)
Lucro bruto	51.059	81.363	2.513.614	3.141.055
Despesas e receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(57.418)	(41.750)	(184.665)	(153.962)
Outras receitas	-	(576)	51.612	75.458
Outras despesas	-	-	(64.034)	(202.562)
Resultado de equivalência patrimonial	701.137	896.203	41.168	5.966
	643.719	853.877	(155.919)	(275.100)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	694.778	935.240	2.357.695	2.865.955
Despesas financeiras	(97.281)	(93.631)	(1.159.383)	(1.220.026)
Receitas financeiras	97.456	84.373	281.951	253.900
Resultado financeiro	175	(9.258)	(877.432)	(966.126)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	694.953	925.982	1.480.263	1.899.829
Imposto de renda e contribuição social correntes	(890)	(7.516)	(148.526)	(140.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(180.751)	(95.452)
Tributos sobre o lucro	(890)	(7.516)	(329.277)	(235.956)
Lucro líquido do exercício	694.063	918.466	1.150.986	1.663.873
Atribuído aos acionistas controladores			694.063	918.466
Atribuído aos acionistas não controladores			456.923	745.407
Lucro básico e diluído por ação ON			0,76845	1,04477
Lucro básico e diluído por ação PN			0,76845	1,04477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	694.063	918.466	1.150.986	1.663.873	
Outros resultados abrangentes					
Itens que serão reclassificados para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão	21	(4.630)	(23.781)	(3.784)	(29.396)
Resultado de equivalência patrimonial	21	5.075	(1.592)	-	-
Hedge de fluxo de caixa	21	-	-	7.250	(2.972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(2.175)	690
Resultado abrangente do exercício	694.508	893.093	1.152.277	1.632.195	
Atribuído aos acionistas controladores			694.508	893.093	
Atribuído aos acionistas não controladores			457.769	739.102	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 11)	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
Descrição											
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	2.981.996	(65.225)	16.966	331.483	387.571	3.259.780	-	45.492	6.958.063	3.413.556	10.371.619
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	694.063	-	694.063	456.923	1.150.986
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	445	445	846	1.291
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital com reservas (nota 21 b)	328.787	-	-	-	-	(328.787)	-	-	-	-	-
Ganho em transação entre sócios (nota 21 d)	-	-	50.394	-	-	-	-	-	50.394	-	50.394
Dividendos intercalares (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	(109.713)	-	(109.713)	(544.961)	(654.674)
Dividendos obrigatórios (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	(55.127)	-	(55.127)	-	(55.127)
Dividendos adicionais (nota 21 f)	-	-	-	-	-	-	(8.872)	-	(8.872)	-	(8.872)
Dividendos declarados (nota 21 f)	-	-	-	-	(173.712)	-	-	-	(173.712)	-	(173.712)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.115)	(53.115)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 21 f)	-	-	-	34.703	-	-	(34.703)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 21 f)	-	-	-	-	-	485.648	(485.648)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.310.783	(65.225)	67.360	366.186	213.859	3.416.641	-	45.937	7.355.541	3.273.249	10.628.790

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 11)	Total consolidado
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos					
Descrição											
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	2.981.996	(65.225)	81.259	285.560	591.409	2.605.373	-	70.865	6.551.237	3.450.486	10.001.723
<u>Resultado abrangente</u>											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	918.466	-	918.466	745.407	1.663.873
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(25.373)	(25.373)	(5.615)	(30.988)
<u>Transação de capital com os sócios</u>											
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.288	63.288
Perda em transação entre sócios	-	-	(64.293)	-	-	-	-	-	(64.293)	-	(64.293)
Dividendos declarados (nota 21 f)	-	-	-	-	(413.183)	-	(8.791)	-	(421.974)	(625.682)	(1.047.656)
Variação na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(214.328)	(214.328)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>											
Destinação da Reserva legal (nota 21 f)	-	-	-	45.923	-	-	(45.923)	-	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 21 f)	-	-	-	-	209.345	-	(209.345)	-	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia (nota 21 f)	-	-	-	-	-	654.407	(654.407)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.981.996	(65.225)	16.966	331.483	387.571	3.259.780	-	45.492	6.958.063	3.413.556	10.371.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	694.953	925.982	1.480.263	1.899.829
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	25	2.014	3.693	153.912
Resultado de equivalência patrimonial	10	(701.137)	(896.203)	(41.168)
Encargos financeiros sobre dívidas e juros de arrendamento	26 e 25	92.012	87.695	1.237.346
PIS, COFINS e Encargos regulatórios diferidos	23	-	-	26.085
Variações monetárias e cambiais líquidas	26	1.369	(2.637)	(48.017)
Receitas financeiras	26	(70.351)	(64.840)	(224.633)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	10.226	5.635	12.422
Remuneração financeira do ativo de concessão	9	-	-	(1.997.004)
Receita de infraestrutura	9	-	-	(208.102)
Receita de operação e manutenção	9	-	-	(606.157)
Ganho pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	23	-	-	(46.552)
Perda pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	25	-	-	60.972
Outros		-	802	2.471
		29.086	60.127	(198.162)
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes		(1.998)	(2.336)	(22.222)
Ativo contratual da concessão	9	-	-	2.664.425
Depósitos judiciais		170	-	856
Tributos a compensar		(1.091)	(17.900)	6.770
Despesas pagas antecipadamente		-	-	(17)
Estoques		-	-	(1.077)
Outros ativos		2.667	3.361	(48.567)
		(252)	(16.875)	2.600.168
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores		3.493	(31.827)	(47.499)
Encargos regulatórios		-	-	1.884
Salários, férias e encargos sociais		437	(183)	329
Tributos a recolher		(2.135)	19.992	(35.572)
Passivo contratual com clientes		-	-	154.192
Provisões		4.860	-	50.510
Adiantamentos de clientes		-	-	20.487
Outros passivos		159	176	(40.247)
		6.814	(11.842)	104.084
Caixa proveniente das atividades operacionais		35.648	31.410	2.506.090
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(2.817)	(670)	(129.378)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		32.831	30.740	2.376.712
				2.313.705

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital nas investidas	10	(112.330)	(24.022)	(13.470)	(19.890)
Pagamento pela aquisição de investimentos	1.1 f)	(2.758)	(288.807)	(2.723)	(288.807)
Recebimento pela alienação de investimentos		-	186.495	-	-
Redução de capital em investimentos		-	45.917	-	-
Empréstimo com partes relacionadas	28	(8.872)	(7.838)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital pagos		-	(39.302)	-	-
Resgate de aplicações financeiras		434.944	346.323	2.875.196	3.755.321
Investimentos em aplicações financeiras		(684.709)	(459.678)	(2.678.369)	(3.835.341)
Dividendos recebidos	10	761.297	935.067	-	-
Aquisições de imobilizado	12	(328)	(688)	(360.409)	(838.589)
Aquisições de intangível	13	(6.003)	(5.369)	(17.598)	(17.260)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		381.241	688.098	(197.373)	(1.244.566)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital de acionistas não controladores	11	-	-	-	26.641
Opções de compra de ações outorgadas		-	-	10.656	-
Dividendos pagos		(495.113)	(360.435)	(1.113.386)	(1.063.689)
Arrendamentos pagos		(206)	(488)	(10.356)	(10.879)
Ingresso de dívidas	17 e 18	-	-	706.859	2.627.182
Juros pagos de empréstimos e debêntures	17 e 18	(93.747)	(80.274)	(1.060.610)	(815.105)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	17 e 18	-	-	(752.001)	(1.351.223)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(589.066)	(441.197)	(2.218.838)	(587.073)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		-	-	12.227	(8.704)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(174.994)	277.641	(27.272)	473.362
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício		343.170	65.529	850.481	377.119
Saldo no final do exercício		168.176	343.170	823.209	850.481
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(174.994)	277.641	(27.272)	473.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Receitas					
Receitas operacionais	23	164.564	188.836	3.633.905	4.250.005
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	283.432	869.006
Outras receitas operacionais	23	-	(576)	57.959	79.974
		<u>164.564</u>	<u>188.260</u>	<u>3.975.296</u>	<u>5.198.985</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados	25	(99.149)	(87.633)	(107.263)	(92.601)
Custo de construção	25	-	-	(521.984)	(994.694)
Serviços de terceiros, materiais e outros	25	(19.106)	(10.392)	(295.695)	(396.398)
		<u>(118.255)</u>	<u>(98.025)</u>	<u>(924.942)</u>	<u>(1.483.693)</u>
(-) Depreciação e amortização					
	25	(2.014)	(3.693)	(154.713)	(150.438)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	701.137	896.203	41.168	5.966
Receitas financeiras		104.626	90.841	346.372	299.675
		<u>805.763</u>	<u>987.044</u>	<u>387.540</u>	<u>305.641</u>
Valor adicionado a distribuir		850.058	1.073.586	3.283.181	3.870.495
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	31	22.336	19.107	142.782	132.309
Benefícios	31	3.541	2.875	35.828	36.826
F.G.T.S	31	1.712	1.572	10.572	10.054
		<u>27.589</u>	<u>23.554</u>	<u>189.182</u>	<u>179.189</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		26.158	31.469	702.059	703.973
Estaduais		-	-	6.698	14.094
Municipais		2.511	6.279	3.571	7.241
		<u>28.669</u>	<u>37.748</u>	<u>712.328</u>	<u>725.308</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e variações cambiais		95.711	92.165	1.175.016	1.231.330
Aluguéis	25 e 11	2.456	187	20.805	12.942
Outras despesas financeiras	26	1.570	1.466	34.864	57.853
		<u>99.737</u>	<u>93.818</u>	<u>1.230.685</u>	<u>1.302.125</u>
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	21	338.552	421.974	338.552	421.974
Lucros retidos		355.511	496.492	355.511	496.492
Participação de acionistas não controladores		-	-	456.923	745.407
		<u>694.063</u>	<u>918.466</u>	<u>1.150.986</u>	<u>1.663.873</u>
		850.058	1.073.586	3.283.181	3.870.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura, inclusive, podendo prestar serviços de garantias às suas subsidiárias na obtenção de empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures pelas subsidiárias.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”) e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

• Transmissão de energia elétrica:

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 11/12/32	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão ('Transudeste')	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 16/10/38	30/06/11	775	230	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 10/05/42	01/12/14	Subestação	230/525 138/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 05/09/44	Pré Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 02/09/46	06/04/19	SE+20 Km	500/230	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 10/02/47	19/03/21	288	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 10/02/47	25/10/20	541	500	IPCA	Não	Sim
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 10/02/47	09/02/22	236	500	IPCA	Não	Sim
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 11/08/47	23/12/21	330	500	IPCA	Não	Sim

Empresas ('abreviação')	Localização / Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ('TCE')	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 Indefinido	Pré Operacional	200	500	IPP	Não	-
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Ibicoara (BA) - Ibicoara (BA)	015/2016	01/12/16 01/12/46	20/01/20	170	500	IPCA	Não	Sim
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 18/03/34	19/08/05	193	230	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. ('TME')	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 29/09/46	16/10/20	446	500	IPCA	Não	Sim
TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A. ('TECP')	São Paulo (SP)	015/2023	22/12/23 21/12/53	22/12/23	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim
TAP - Transmissora do Alto Parnaíba S.A. ('TAP')	Goiás, Minas Gerais e São Paulo	-	-	Pré Operacional	551	500	IPCA	Não	Sim
TEL-Transmissora de Energia de Los Llanos SAS ESP ('TEL')	Yopal e Sogamoso - Colombia	UPME 07-2021	Perpétuo	Pré Operacional	100	230	IPP	Não	-
Transmissora Costa Norte ('TCN')	Piura e Lambayeque - Perú	-	-	Pré Operacional	9	220	IPP	Não	-
Transmissora de Energia de Santiago SPV ('TES')	Penáflor - Chile	-	Perpétuo	Pré Operacional	16	110	IPP	Não	-
Controlada em conjunto:									
Transnorte Energia S.A. (**) ('TNE')	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 25/01/42	Pré Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim
Total em operação					6.974				
Total em construção					1.631				

(*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBNI (vide nota explicativa nº 9). (**) A TNE entrou parcialmente em operação comercial em maio de 2015 (4% referente a SE Boa Vista). As concessões localizadas na Colômbia, Perú e Chile não possuem, integralmente, suas regras regulatórias idênticas às regras regulatórias aplicáveis ao Brasil.

• **Geração de energia elétrica:**

Empresas ('abreviação')	Localização	Contrato de concessão / Autorização nº	Prazo da Outorga		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Controladas:							
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	20/12/46	05/08/10	68,4	37,1
Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	18/02/46	29/03/11	51,0	28,9
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	RA nº 138/2004	07/04/04	01/09/48	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	RA nº 139/2004	07/04/04	10/08/48	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Rio Araguaçu - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	16/06/47	04/11/14	252,0	145,5
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/2012	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/2012	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/2012	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/2012	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A. ('GET')	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) ('Risarlada')	Rio Risarlada (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11	Indefinido	10/09/16	19,9	13,2
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	RA nº 3.702/2012	24/10/12	23/11/44	31/03/19	30,0	18,7
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/2014	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C. (*) ('La Virgen')	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05	Indefinido	15/05/2021	84,0	49,3
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Jandaira (RN)	RA nº 8.521/2020	21/01/20	21/01/55	21/07/2023 (**)	23,1	20,5
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Jandaira (RN)	RA nº 8.520/2020	21/01/20	21/01/55	13/09/2023 (**)	35,7	12,7
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Jandaira (RN)	RA nº 12.762/2022	-	-	Pré Operacional	25,2	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Jandaira (RN)	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Jandaira (RN)	RA nº 12.761/2022	-	-	Pré Operacional	21,0	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Jandaira (RN)	RA nº 12.760/2022	-	-	Pré Operacional	37,8	-
UFV Pitombeira S.A.	Aracati (CE)	RA nº 9.471/2020	-	-	Fase de teste	47,3	15,3
Iracema Energia Geração Distribuída S.A.	Ceará	-	-	-	Pré Operacional	-	-
Total em operação						687,1	406,9
Total em construção						190,0	39,9

(*) As concessões de Risarlada e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras regulatórias aplicáveis no Brasil. (**) Veja detalhes sobre a entrada em operação na nota explicativa nº 1.1 item g).

• **Holdings e outros segmentos:**

Empresa ('abreviação')	Atividade
Controladas:	
Alupar Chile Inversiones SpA ("Alupar Chile")	Holding
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda, TCE e TEL
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen
Apaete Participações em Transmissão S.A. ("Apaete")	Holding - controladora da AETE
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transleste, Transudeste e Transirapé
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção
ACE Comercializadora Ltda. ("ACE")	Comercializadora de energia elétrica

1.1 Assuntos relevantes do exercício

a) Transnorte Energia S.A. – TNE

• **Acordo de Acionistas**

Em 31 de março de 2023, a Alupar celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Acordo de Acionistas da Transnorte Energia S.A., com o objetivo de regular suas relações como acionistas da TNE, estabelecendo as diretrizes, os direitos e obrigações recíprocas que viabilizem a construção e exploração do empreendimento incluindo a participação de cada uma delas na administração da TNE, a organização e competência de seus órgãos, a regulamentação do exercício de voto, das maiorias qualificadas aplicáveis às deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração da TNE, do direito de preferência na aquisição de ações, na política de capitalização e financiamento, entre outras matérias. O acordo prevê a redução progressiva da participação da Alupar na TNE nos próximos anos, observadas as anuências que se fizerem necessárias, com uma opção de venda de sua participação no empreendimento, que caso ocorra, será realizada a valor justo.

Abaixo demonstramos os aportes de capital efetuados para a TNE após assinatura do acordo de acionista:

Data	Órgão autorizador	Valor R\$	Preço unitário da ação - R\$	Quantidade de ações total	Participação Alupar		
					Quantidade de ações emitidas	Quantidade de ações total	(%)
04/04/2023	Conselho de Administração	3.570	1,50	384.333.333	2.380.000	192.610.000	50,12
18/04/2023	Conselho de Administração	2.100	1,51	390.955.850	1.390.729	194.000.729	49,62

• **Reequilíbrio do Contrato de Concessão – parcela em operação – SE Boa Vista**

Em 30 de junho de 2023, a TNE reconheceu um ganho econômico decorrente da aplicação dos efeitos do CPC 47/IFRS 15 sobre a readequação da RAP vigente (referente a parcela da subestação já em operação) ao reequilíbrio econômico-financeiro obtido para o Contrato de Concessão no valor líquido de impostos de R\$37.629, conforme determinado em Reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 27 de abril de 2021. Essa readequação foi homologada pela Despacho ANEEL nº 848 de 28 de março de 2023.

• **Início de Construção**

Em 4 de agosto de 2023, foi assinada a ordem de serviço para o início das obras do sistema de transmissão da TNE e ainda durante esse mês, as obras foram efetivamente iniciadas.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida total do Empreendimento.

b) Leilão de Transmissão 02/2022 – LOTE 6

Em 16 de dezembro de 2022, a Alupar sagrou-se vencedora do LOTE 6 do Leilão de Transmissão 02/2022 – ANEEL, através do consórcio Olympus XIV (parceria entre a Alupar e a Mercury Investments Participações S.A. - Mercury). A RAP vencedora foi de R\$69.500, com deságio de 15,05% e com investimento definido pela ANEEL de R\$498.364.

O LOTE 6 está localizado em São Paulo e se trata da substituição do barramento GIS de 230 kV por outro de 345 kV; SE Centro 345-230/88 kV – 4 x 150 MVA; SE Centro 345-230/20-20 kV – 3 x 150 MVA + 1x 150 MVA. O prazo para a construção e entrada em operação é de 5 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, e o prazo de concessão é de 30 anos.

Em 05 de janeiro de 2023, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A., constituíram a Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. – TECP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do LOTE 6 do Leilão ANEEL 02/2022, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,94%, ficando a Mercury com a participação de 0,06% sobre o capital social da TECP.

Em 18 de janeiro de 2023, o Tribunal de Conta da União (“TCU”) decidiu, em sessão colegiada ordinária do plenário, pela retirada do LOTE 6 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2022, realizado em 16 de dezembro de 2022. Em 13 de fevereiro de 2023, a ANEEL protocolou junto ao TCU um pedido de reexame da exclusão do Lote 6 do Leilão de Transmissão. No mesmo dia a Alupar efetuou o mesmo pedido como parte interessada.

Em 29 de novembro de 2023, o TCU voltou a analisar o caso depois do pedido de reexame feito pela ANEEL, e os magistrados votaram a favor da Companhia procedendo com os trâmites para homologação do projeto e assinatura do contrato de concessão pela TECP. O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica entre a União e a TECP foi assinado em 22 de dezembro de 2023, manteve as mesmas condições divulgadas acima.

c) Termo de Liberação Definitivo da ESTE

Em 13 de março de 2023, a controlada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“ESTE”), da qual a Alupar possui indiretamente 50,02% do capital social total, recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação Definitivo – TLD, autorizando o início da operação comercial definitiva das instalações de transmissão, a partir de 3 de março de 2023. Ressaltamos que a ESTE já havia obtido do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação de Receita – TLR, o qual autorizou o recebimento de receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN.

d) Cancelamento de 15 ações da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração do percentual do dividendo mínimo obrigatório de 50% para 25%. Nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes da deliberação relativa à Alteração dos Dividendos poderiam exercer o direito de retirarem-se, total ou parcialmente da Companhia mediante o reembolso do valor das ações de sua titularidade. Durante o prazo para exercício do direito de recesso, que foi até 6 de janeiro de 2023, 4 acionistas da Companhia optaram pelo exercício do direito de recesso, os quais conjuntamente detinham 2 ações ordinárias e 13 ações preferenciais de emissão da Companhia. O pagamento do valor do reembolso, no valor de R\$7,45 por ação, foi efetuado aos acionistas dissidentes em 12 de janeiro de 2023, totalizado o montante de R\$111,75, e essas ações foram reclassificadas para a rubrica de “Ações em Tesouraria”.

Em 2 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria, conseqüentemente, o capital social da Companhia se manteve no valor de R\$2.981.996 e passou a ser dividido em 879.111.254 ações, sendo 596.955.968 ações ordinárias e 282.155.286 ações preferenciais. O valor R\$111,75 foi baixado contra Reserva de Capital.

e) Aquisição de participação da ETB

No dia 25 de abril de 2023, a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 28,57% das ações subscritas e integralizadas pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Perfin"), na controlada Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("ETB"), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,00%.

O montante pago por esta transação foi de R\$2.723, equivalente a 35.825 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 28,57% do capital integralizado pela Perfin, corrigido *pro rata die* pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 1 de fevereiro de 2018. O valor patrimonial adquirido foi de R\$53.117 (nota explicativa nº 10), e dado que o valor pago por esta transação foi de R\$2.723, foi gerado ganho de transação entre sócios, registrados em reserva de capital no Patrimônio Líquido, no valor de R\$50.394 (nota explicativa nº 21 item (d)).

f) Licença de Instalação - Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE

Em 8 de maio de 2023, a controlada ELTE recebeu a Licença de Instalação nº 2747 ("LI") expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), possibilitando o início da implantação da Linha de Transmissão 230 kV CD Henry Borden - Manoel da Nóbrega. A ELTE é responsável por implementar o lote C, do Leilão de Transmissão nº 001/2014 - ANEEL, realizado em 09 de maio de 2014. A energização deste sistema de transmissão está prevista para 2024 e sua operação irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios.

g) Entrada em operação comercial EAP I e EAP II

Em 21 de julho e 13 de setembro de 2023, as controladas EAP I e EAP II, respectivamente, pertencentes ao Complexo Eólico do Agreste Potiguar localizado no município de Jandaira – RN, obtiveram autorização para início da operação comercial conforme Despachos ANEEL nº 2.474/23 e nº 3.394/23. A EAP I e EAP II estavam em fase de testes desde 6 de junho de 2023, fornecendo energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sendo remuneradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD (Submercado Nordeste) sobre a energia efetivamente gerada neste período. A EAP II possui contrato de autoprodução junto a WEG conforme descrito no item (h) desta nota explicativa. Relembramos que em 14 de outubro de 2022, a EAP I vendeu no 37º Leilão de Energia Nova A-5 de 2022 (LEILÃO DE GERAÇÃO ANEEL Nº 004/2022), 10 MW médios ao preço de R\$178,00/MWh pelo prazo de 15 anos contados a partir de 1º de janeiro de 2027.

h) Acordo para autoprodução com a WEG S.A.

Em 5 de julho de 2023, a Alupar celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. ("WEG") para formação de Parceria societária que tem por objeto a geração de energia por meio da Central Geradora Eólica AW Santa Régia de titularidade da Eólica do Agreste Potiguar II S.A., controlada pela Companhia, para o consumo pelas unidades produtivas da WEG ("Parceria"). A EAP II, localizada no município de Jandaíra - RN, tem capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia a partir de janeiro de 2024 ao preço de R\$195,00/MWh (base setembro/2023) durante 18 anos. A implementação da Parceria cumpriu todas as condições suspensivas, usuais para essa modalidade de operação, incluindo, entre outras, a obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Adicionalmente, a Companhia, juntamente com uma de suas controladas, celebrou na mesma data acordo de acionistas da EAP II com o objetivo de estabelecer os principais direitos e obrigações dos acionistas da EAP II.

Em 6 de outubro de 2023 ocorreu a conclusão da operação e a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação, mediante troca de ações com as acionistas Alupar e Foz do Rio Claro. A relação de troca foi de 11 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial, com isso a participação acionária na EAP II passou a ser a seguinte:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81	-	-	9.876.086	34,41
WEG Linhares	952.956	6,64	-	-	952.956	3,32
Alupar	1.003.573	6,99	4.087.876	28,48	5.091.449	17,74
Foz do Rio Claro	2.519.992	17,56	10.264.731	71,52	12.784.723	44,54
Total das ações	14.352.607	100,00	14.352.607	100,00	28.705.214	100,00

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a cerca de 93,14%. Não haverá mudança de controle societário na EAP II.

O contrato ainda prevê opção de compra e venda de ações, no qual dá direito, e obriga a Alupar e a controlada Foz do Rio Claro a recomprarem a totalidade das ações detidas pela WEG, podendo ser exercida por qualquer acionista a qualquer tempo durante o prazo do contrato. O preço tanto pela recompra pela Alupar e Foz do Rio Claro, como pela venda da WEG será o valor aportado no montante de R\$10.656, atualizado pelo IPCA. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$10.734.

Como se trata de um instrumento com opção de venda, o CPC 39 (IAS 32) item 16A determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, não obstante, a Administração avaliou que a Alupar e a Foz do Rio Claro possuem direitos substantivos sobre a EAP II, possuindo controle sobre as atividades relevantes e estando mais expostas aos riscos e retornos, diante deste cenário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II. O respectivo passivo foi contabilizado na rubrica de Opções de compra de ações outorgadas no passivo circulante.

i) Leilão de Transmissão no Peru

Em 25 de agosto de 2023 a controlada Alupar Peru S.A.C, sagrou-se vencedora do Grupo 02 do Concurso Público Internacional para Outorgar Projetos em Concessão realizado no Peru. A RAP vencedora foi de US\$4.891 mil (base agosto/2023), deságio de 25,91% da RAP máxima, e com investimento previsto de US\$38.910 mil.

O projeto será localizado nos Estados de Piura e Lambayeque (Costa Norte Peruana) no Peru, e o projeto conta com a ITC (Instalação de Transmissão Complementar) Subestação Lambayeque Norte 220 kV com seccionamento de Linha de Transmissão 220 kV Chiclayo Oeste – La Niña/ Felam, ampliações e subestações associadas e uma Subestação Piura Este de 220/60/22,9 kV. O prazo para a construção é de 32 meses, contados a partir de 29 em novembro de 2023, data em que foi assinado o contrato de concessão, e o prazo da concessão é de 30 anos a partir da entrada em operação comercial. Não será criada uma sociedade de propósito específico – SPE para administrar o contrato de concessão proveniente deste empreendimento, tal contrato de concessão será administrado e registrado na controlada Alupar Peru.

j) Leilão de Transmissão no Chile

Em 3 de novembro de 2023 a controlada Alupar Inversiones Chile S.p.A., sagrou-se vencedora do Grupo 02 do Leilão realizado no Chile conforme Decretos nº 257/22 e 229/21 (Direito de Construção de Obras Novas) e Decretos nº 200/22 e 185/2021 (Obras de Ampliação), por meio da Ata de Avaliação de Oferta (Adjudicação) publicada nesta data. A RAP vencedora foi de US\$5.198 mil (base setembro/2023), com investimento previsto de US\$39.988 mil.

O projeto será localizado em Comuna de Peñaflor no Chile, e conta com três novas Subestações: Seccionadora El Pimiento - 220kV; Monte Blanco – 110kV e El Lazo – 110kV e com 15,7 KM em Linhas de Transmissão: 110 KV El Pimiento - Monte Blanco; 110 KV El Pimiento - El Lazo; e 110 KV Monte Blanco - El Lazo. O prazo para a construção é de 48 meses após a publicação do Decreto de Adjudicação, previsto para abril/2024 e o prazo de concessão é perpétuo.

k) Leilão de Transmissão na Colômbia

Em 5 de dezembro de 2023 a controlada Alupar Colômbia S.p.A., sagrou-se vencedora do Leilão UPME 07-2021 realizado na Colômbia. A RAP vencedora foi de US\$6.178 mil (base dezembro/2022), com investimento previsto de US\$45.200 mil (base outubro/2023).

O projeto irá interligar os municípios de Yopal e Sogamoso (Estado de Casanare), e contará com a nova subestação SE Alcaraván, com a ampliação da subestação SE Santo Antonio e com a nova linha de transmissão de 230kV com extensão de cerca de 100km. A data prevista para energização será em julho de 2027 e o prazo de concessão é perpétuo.

Em 12 de dezembro de 2023, a Alupar Colômbia constituiu a Transmissora de Energia de Los Llanos S.A.S. ESP – TEL, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Leilão UPME 07-2021. A Alupar Colômbia é a acionista controladora com participação societária de 100%.

l) Leilão de Transmissão 02/2023 ANEEL

Em 15 de dezembro de 2023 a Alupar Investimento S.A. através do consórcio Olympus XVI, sagrou-se vencedora do Lote 2 do Leilão 02/2023 - ANEEL. A RAP vencedora foi de R\$239.000.000,00 cujo deságio foi de 47,01% da RAP máxima de R\$451.944, o projeto prevê investimentos de R\$2.597.153.

O projeto será localizado nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e contará com a LT 500 kV Silvânia - Nova Ponte 3, C1 e C2, CD, com 330 km e com LT 500 kV Nova Ponte 3 - Ribeirão Preto, C1 e C2, CD, com 221 km. O prazo de energização da ANEEL é até 30 de setembro de 2029, porém com expectativa de antecipação de 20 a 25 meses, e o prazo de concessão é de 30 anos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

2.2. Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 5 de março de 2024.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, elas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 9 e nº 23) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) e intangível (nota explicativa nº 13) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões (nota explicativa nº 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 16) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 27) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 29.1) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.
- Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº 29.3) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen cuja moeda funcional é o *Nuevo Sol*, das controladas Alupar Colômbia, Risaralda e TCE cuja moeda funcional é o *Peso Colombiano* e da controlada Alupar Chile cuja moeda funcional é o *Peso Chileno*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico principal no qual cada controlada opera.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2023, descritas na nota explicativa nº 4.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	País	Participação 31/12/23 (%)		Participação 31/12/22 (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:						
ACE	Comercializadora	Brasil	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	Brasil	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	Brasil	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa		Geração	Brasil	99,99	-	99,99
Alupar Chile	Holding	Chile	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	Colômbia	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	Perú	100,00	-	100,00	-
Apaeete	Holding	Brasil	36,96	-	36,96	-
EAP I (x)	Geração	Brasil	20,90	79,10	42,67	57,33
EAP II (x)	Geração	Brasil	28,46	71,54	36,79	63,21
EAP III	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP IV	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP V	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VI	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VII	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	Brasil	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	Brasil	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	Brasil	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	Brasil	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	Brasil	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	Brasil	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
GET	Geração	Brasil	51,00	-	51,00	-
Ijui	Geração	Brasil	49,00	51,00	49,00	51,00
Iracema	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
La Virgen (viii)	Geração	Perú	2,98	88,69	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	Brasil	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	Brasil	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	Brasil	68,83	-	68,83	-
Risaralda (vii)	Geração	Colômbia	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	Brasil	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
TAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	-	-
TCC	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
TCE (vii)	Transmissão	Colômbia	-	99,99	-	99,99
TECP	Transmissão	Brasil	99,94	-	-	-
TEL (vii)	Transmissão	Colômbia	-	100,00	-	-
TME	Transmissão	Brasil	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
Transirapé (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	Brasil	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
UFV Pitombeira	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Verde 8	Geração	Brasil	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	Brasil	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:						
TNE (*)	Transmissão	Brasil	49,62	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) O controle é obtido por meio do controle que a Grupo exerce sobre a EATE e a Transminas, que juntas detêm 51% do capital votante da investida. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Participação indireta via Foz. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controladas, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

3.2. Combinação de negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3.3. Moeda estrangeira

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação é a data de cada pagamento ou recebimento antecipado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

(b) Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de controlada no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa controlada no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(i) Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

(b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 29.1.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

3.5. Contratos de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,30% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA ou IGP-M. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

3.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Energia elétrica pode ser produzida ao trazer o ativo imobilizado para o local e condições necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. A entidade reconhece a venda de tal energia elétrica, e o custo, no resultado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

(a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

(b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

(c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

(d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem ser reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.8. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em

contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

(a) Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, Intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o "ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão".

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

(b) Provisão para desmobilização de ativos

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

(c) Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

(d) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.12. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

(b) Remuneração financeira dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

(c) Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

(d) Parcela variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

(e) Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

(f) Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança

A receita de comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar à Instituições Financeiras para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes em aberto.

(g) Receita de juros

A receita de juros decorrente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transfere ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classifica-os como operacionais ou financeiros.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizam como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que são os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazo de vencimento próximo ao prazo do arrendamento, acrescido do risco de crédito (“spread bancário”) obtido através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

3.15. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2022 e estabeleceu que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Anteriormente o percentual era de 50%. Nas controladas da Companhia, o mínimo a ser distribuído, é de 25% do lucro anual.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

- *Imposto de renda sobre os dividendos*

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda. Os dividendos pagos pelas controladas domiciliadas na Colômbia são tributadas em sua origem aplicando a alíquota de 10% para residentes e 20% para não residentes e as controladas domiciliadas no Peru a alíquota aplicada é de 5%.

3.16. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.18. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.19. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da Companhia e suas controladas consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding - que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" - que compreende atividades de comercialização e serviços de operação e manutenção de usinas geradoras (O&M), que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução CVM nº 92, de 20 de maio de 2022, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

3.21. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2023

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23 (IAS 8))
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 (IAS 1)); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32 (IAS 12)).

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não esperam efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora		Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	229	53.462	-	-	37.912	180.528
Certificados de depósitos bancários	99,80%	99,00%	167.947	289.708	99,83%	99,07%	364.928	357.336
Fundos de investimento	-	-	-	-	97,30%	96,70%	388.764	233.220
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	-	20,00%	20,00%	31.605	79.397
Total			168.176	343.170			823.209	850.481

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a Administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas	352.024	281.502	668.420	832.090
Títulos públicos do Governo Brasileiro	524.280	298.542	1.035.865	850.748
Títulos privados	77.342	53.492	147.165	153.583
Outros	1	(5)	1.508	186
Total	953.647	633.531	1.852.958	1.836.607

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 101,03% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99,35% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimento	99,20%	98,10%	155.384	138.094
			155.384	138.094

Os títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na manutenção de aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado						
	A vencer		A vencer	Vencidos				31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias		
Sistema de transmissão de energia									
Encargos de uso da transmissão	-	-	165.110	3.403	11.813	31.446	28.505	240.277	250.601
	-	-	165.110	3.403	11.813	31.446	28.505	240.277	250.601
Sistema de geração de energia									
Ambiente regulado	4.579	3.082	55.360	-	-	-	-	55.360	26.583
Ambiente livre	5.498	1.860	39.037	-	-	-	-	39.037	40.160
MRE e Spot (energia de curto prazo)	286	386	6.477	-	-	-	-	6.477	1.585
	10.363	5.328	100.874	-	-	-	-	100.874	68.328
Prestação de serviços									
Comissão de aval (nota 28)	4.423	7.460	-	-	-	-	-	-	-
	4.423	7.460	-	-	-	-	-	-	-
	14.786	12.788	265.984	3.403	11.813	31.446	28.505	341.151	318.929
Circulante	14.786	12.788						288.702	268.575
Não circulante	-	-						52.449	50.354

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

9. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	18.540.255	17.604.123
Receita de operação e manutenção (nota 23)	606.157	566.620
Remuneração financeira dos ativos de concessão (nota 23)	1.997.004	2.737.546
Receita de infraestrutura (nota 23)	208.102	250.481
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica (nota 23)	52.899	60.344
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(66.202)	(222.114)
Reclassificação para contas a receber	-	182.445
Realização do ativo contratual de concessão	(2.664.425)	(2.639.190)
Saldo final	18.673.790	18.540.255
Circulante	1.984.827	1.970.629
Não circulante	16.688.963	16.569.626

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica e reequilíbrio econômico de R\$52.899 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$66.202, registrados respectivamente nas rubricas de “Outras receitas” (nota explicativa nº 23) e “Outras despesas” (nota explicativa nº 25) no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$46.552 de ganho e R\$60.972 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica da controlada TSM com base na Resolução Homologatória nº 3.216 de 7 de julho de 2023, do reequilíbrio econômico-financeiro das RAPs obtidos, principalmente, pela controlada STN e por fim pela Revisão Tarifária Periódica do ciclo de 2020-2021 pela controlada ERTE.

O ganho na STN foi decorrente do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão nº 5/2004, que neutralizou os impactos causados pelas novas regras de Cofins e PIS/Pasep, por meio da revisão da RAP, de modo que estes valores passaram a ser contemplados a partir do ciclo da RAP 2023-2024, com base no Despacho ANEEL nº 1.634 de 6 de junho de 2023. Em relação à Cofins, a alteração ocorreu no regime de contribuição, que passou de cumulativo (3%) para o regime não cumulativo (7,6%). Com relação à PIS/Pasep, passou-se de um regime não cumulativo que admitia a dedução de despesas financeiras para um regime não cumulativo sem admissão de dedução de despesas financeiras. Essas modificações ocorreram por meio da Lei nº 10.833/2003, de 30 de dezembro de 2003 (Cofins) e Lei nº 10.865/2004, de 30 de abril de 2004 (PIS/Pasep). O reequilíbrio do Contrato de Concessão da STN foi solicitado à ANEEL durante o exercício de 2021, após ela ter recolhido a diferença de alíquota dos últimos 5 anos e passado a recolher esses impostos pelas alíquotas alteradas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$60.344 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$222.114, registrados respectivamente nas rubricas de “Outras receitas” e “Outras despesas” no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$55.828 de ganho e R\$201.724 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETB, ETAP, ETC, TCC, TPE, ETES, ETSE, ESTE e EDTE, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.050 de 21 de junho de 2022.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada e controlada em conjunto de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216 de 7 de julho de 2023, vigente a partir julho de 2023, será realizada conforme segue:

Ciclo 2023-2024	Rede Básica			Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido	Ciclo 2022-2023 - Total líquido	Variação
	RBL (a)	RBNI (b)	RMEL (f)	RBL (a)	RBNI (b)	RPEC (c)	RCDM (d)					
AETE	41.085	-	43	-	-	-	-	41.128	(1.351)	39.777	41.715	(1.938)
EATE	365.720	13.253	49	-	-	-	-	379.022	(12.616)	366.406	385.245	(18.839)
EBTE	51.912	7.123	11	3.412	-	542	-	63.000	(1.454)	61.546	54.076	7.470
ECTE	82.311	20	55	-	-	-	-	82.386	(2.757)	79.629	83.610	(3.981)
EDTE	86.938	-	-	-	-	-	-	86.938	(2.895)	84.043	81.111	2.932
ELTE	70.447	-	-	-	-	-	-	70.447	-	70.447	57.477	12.970
ENTE	195.036	65	17	-	-	-	-	195.118	(6.508)	188.610	197.857	(9.247)
ERTE	34.467	9.959	-	-	-	-	-	44.426	(541)	43.885	27.818	16.067
ESDE	11.698	-	31	5.207	-	1.272	-	18.208	(560)	17.648	17.207	441
ESTE	140.527	-	-	-	-	-	-	140.527	(3.756)	136.771	134.095	2.676
ETAP	70.750	-	-	-	-	-	-	70.750	(2.366)	68.384	65.944	2.440
ETB	177.367	859	-	-	-	-	-	178.226	(6.779)	171.447	149.290	22.157
ETC	12.765	-	-	24.092	-	4.228	-	41.085	(1.143)	39.942	35.741	4.201
ETEM	18.689	-	74	-	-	-	-	18.763	(621)	18.142	17.579	563
ETEP	84.917	26	278	-	-	-	-	85.221	(2.706)	82.515	86.940	(4.425)
ETES	8.587	456	-	-	9.749	-	2.727	21.519	(820)	20.699	22.971	(2.272)
ETSE	22.349	334	-	3.426	6.959	1.422	-	34.490	(565)	33.925	33.109	816
ETVG	1.841	263	-	3.856	11.614	673	755	19.002	(105)	18.897	20.964	(2.067)
LUMITRANS	23.061	32	-	-	-	-	-	23.093	(957)	22.136	28.818	(6.682)
STC	19.101	2.478	-	5.195	3.290	233	6.022	36.319	(919)	35.400	41.662	(6.262)
STN	165.875	5.867	-	-	-	-	-	171.742	(5.655)	166.087	168.236	(2.149)
TCC	203.125	-	-	-	-	-	-	203.125	(6.788)	196.337	188.980	7.357
TME	60.134	7.522	17	-	-	-	-	67.673	(2.160)	65.513	61.847	3.666
TNE	380.260	-	-	-	-	-	-	380.260	5.944	386.204	365.956	20.248
TPE	298.713	475	-	-	-	-	-	299.188	(9.689)	289.499	278.829	10.670
TRANSIRAPE	15.086	13.922	-	3.437	6.220	280	3.725	42.670	(1.279)	41.391	43.520	(2.129)
TRANSLESTE	35.351	-	-	-	-	-	-	35.351	(1.172)	34.179	35.724	(1.545)
TRANSUDESTE	21.911	-	-	-	-	-	-	21.911	(723)	21.188	21.769	(581)
TSM	136.210	-	-	-	-	-	-	136.210	(4.817)	131.393	132.417	(1.024)
Total	2.836.233	62.654	575	48.625	37.832	8.650	13.229	3.007.798	(75.758)	2.932.040	2.880.507	51.533

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

10. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor patrimonial	6.868.179	6.664.438	223.684	169.046
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.973	30.324	-	-
Dividendos a receber	124.181	217.481	75	75
Lucro não realizado	36.562	38.362	-	-
Mais-valia	26.456	27.681	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.164	6.164	-	-
Total	7.091.515	6.984.450	223.759	169.121

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2022	Aportes de capital	Aquisição de participação	Alienação de participação	Amortização do intangível	Outros	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
Controladas:											
ACE	6.458	2.000	-	-	-	-	-	-	(712)	-	7.746
AF	9.819	-	-	-	-	-	-	-	(47)	(2.326)	7.446
Água Limpa	12.639	-	-	-	-	-	-	-	(12)	-	12.627
Alupar Chile	1.365	-	-	-	-	(424)	-	-	(1.362)	-	(421)
Alupar Colômbia	44.909	4.940	-	-	-	-	7.571	5.075	1.483	-	63.978
Alupar Peru	211.243	56.958	-	-	-	-	(9.322)	-	(13.629)	-	245.250
Apaeete	32.496	-	-	-	-	-	-	-	(713)	(1.456)	30.327
EAP I	21.890	-	-	290	-	-	-	-	(1.819)	-	20.361
EAP II	34.373	16.000	35	228	-	3.035	-	-	(2.347)	-	51.324
EAP III	446	159	-	-	-	-	-	-	(10)	-	595
EAP IV	478	59	-	-	-	-	-	-	(13)	-	524
EAP V	414	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	410
EAP VI	535	129	-	-	-	-	-	-	(9)	-	655
EAP VII	394	116	-	-	-	-	-	-	(2)	-	508
EATE	794.186	-	-	-	-	-	-	-	95.533	(270.406)	619.313
ECTE	156.406	-	-	-	-	-	-	-	20.230	(16.207)	160.429
ELTE	96.965	-	-	-	-	-	-	-	(37.058)	-	59.907
ENTE	314.487	-	-	-	-	-	-	-	52.297	(95.983)	270.801
ERTE	41.193	-	-	-	-	-	-	-	(1.481)	(4.391)	35.321
ETAP	301.519	-	-	-	-	-	-	-	54.751	(34.973)	321.297
ETB (i)	204.224	-	53.117	-	(992)	-	-	-	42.451	(11.429)	287.371
ETC	170.772	-	-	-	-	-	-	-	32.279	(8.000)	195.051
ETEM	81.544	-	-	-	-	-	-	-	8.640	(9.562)	80.622
ETEP	116.507	-	-	-	-	-	-	-	13.435	(10.402)	119.540
ETES	111.585	-	-	-	-	-	-	-	15.796	(15.000)	112.381
ETVG	145.633	-	-	-	-	-	-	-	16.172	(23.132)	138.673
Ferreira Gomes	973.666	-	-	-	-	-	-	-	64.650	(6.328)	1.031.988
Foz	171.478	-	-	(518)	-	-	-	-	(16.290)	-	154.670
GET	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147
Ijuí	161.856	-	-	-	-	-	-	-	12.997	(18.853)	156.000
Iracema	31	254	-	-	-	-	-	-	(18)	-	267
La Virgen (i) (*)	(14.696)	-	-	-	-	-	(2.806)	-	1.732	-	(15.770)
Lavrinhas (i)	116.488	-	-	-	(129)	-	-	-	15.224	(12.499)	119.084
Lumitrans	15.575	-	-	-	-	-	-	-	1.400	(2.358)	14.617
Queluz (i)	156.568	-	-	-	(104)	-	-	-	19.867	(15.906)	160.425
Risaralda	207	-	-	-	-	-	(73)	-	(2)	-	132
STC	39.187	-	-	-	-	-	-	-	6.068	(5.568)	39.687
STN	283.461	-	-	-	-	-	-	-	52.165	(54.273)	281.353
TAP	-	143	-	-	-	-	-	-	-	-	143
TCC	446.330	-	-	-	-	-	-	-	64.102	(29.143)	481.289
TECP	-	502	-	-	-	-	-	-	(106)	-	396
TME	118.503	-	-	-	(88)	-	-	-	11.813	(8.125)	122.103
TPE	650.201	-	-	-	-	-	-	-	88.666	(35.992)	702.875
Transminas	138.141	-	-	-	-	-	-	-	12.012	(5.751)	144.402
UFV Pitombeira	23.471	17.600	-	-	-	-	-	-	(2.975)	-	38.096
TSM	314.361	-	-	-	-	-	-	-	30.739	(63.234)	281.866
Verde 8	73.518	-	-	-	-	-	-	-	7.664	-	81.182
Windepar	234.356	-	-	-	-	-	-	-	(3.588)	-	230.768
Subtotal	6.815.329	98.860	53.152	-	(1.313)	2.611	(4.630)	5.075	659.969	(761.297)	6.867.756
Controlada em conjunto											
TNE	169.121	13.470	-	-	-	-	-	-	41.168	-	223.759
Total Consolidado	169.121	13.470	-	-	-	-	-	-	41.168	-	223.759
Total Controladora	6.984.450	112.330	53.152	-	(1.313)	2.611	(4.630)	5.075	701.137	(761.297)	7.091.515

(i) No saldo das controladas ETB, La Virgen, Queluz e Lavrinhas, está contido o direito de exploração gerado na aquisição de controle delas, que foi reclassificado para o intangível para fins de consolidação. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 13 (b).

(*) Do Resultado de equivalência patrimonial da La Virgen em 31 de dezembro de 2023, foi adicionado o valor de R\$1.799 que se refere a parcela realizada do lucro não realizado registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$38.362. O lucro não realizado se refere a Comissão de Aval de Fiança cobrada pela Alupar e que foi capitalizada no Ativo Imobilizado de La Virgen. A parcela realizada se dá por meio da depreciação. Tais registros refletem as determinações do ICPC 09 "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - item 55".

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2021	Aporte (devolução) de capital	Aquisição de participação	Alienação de participação	Amortização do intangível	Reclassificação de intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
Controladas:											
ACE	6.047	-	-	-	-	-	-	-	411	-	6.458
AF	6.147	-	-	-	-	-	-	-	3.672	-	9.819
Água Limpa	12.247	423	-	-	-	-	-	-	(31)	-	12.639
Alupar Chile	1.365	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.365
Alupar Colômbia	78.765	-	-	-	-	-	(14.359)	(1.592)	(17.905)	-	44.909
Alupar Peru	226.176	4.132	-	-	-	-	(6.671)	-	(12.394)	-	211.243
Apaete	31.060	-	-	-	-	-	-	-	6.340	(4.904)	32.496
EAP I	37.928	(15.700)	66	-	-	-	-	-	(404)	-	21.890
EAP II	65.043	(30.217)	70	-	-	-	-	-	(523)	-	34.373
EAP III	206	263	-	-	-	-	-	-	(23)	-	446
EAP IV	219	282	-	-	-	-	-	-	(23)	-	478
EAP V	156	281	-	-	-	-	-	-	(23)	-	414
EAP VI	232	326	-	-	-	-	-	-	(23)	-	535
EAP VII	255	188	-	-	-	-	-	-	(49)	-	394
EATE	771.998	-	-	-	-	-	-	-	221.753	(199.565)	794.186
ECTE	139.260	-	-	-	-	-	-	-	53.484	(36.338)	156.406
ELTE	109.588	-	-	-	-	-	-	-	(12.623)	-	96.965
ENTE	324.656	-	-	-	-	-	-	-	79.851	(90.020)	314.487
ERTE	39.520	-	-	-	-	-	-	-	4.858	(3.185)	41.193
ETAP	292.182	-	-	-	-	-	-	-	47.391	(38.054)	301.519
ETB (i)	235.093	-	-	-	(2.833)	-	-	-	37.245	(65.281)	204.224
ETC	159.028	-	-	-	-	-	-	-	26.744	(15.000)	170.772
ETEM	75.010	-	-	-	-	-	-	-	9.978	(3.444)	81.544
ETEP	124.628	-	-	-	-	-	-	-	22.639	(30.760)	116.507
ETES	92.857	-	-	-	-	-	-	-	18.728	-	111.585
ETVG	125.782	-	-	-	-	-	-	-	19.851	-	145.633
Ferreira Gomes	944.895	-	-	-	-	-	-	-	36.148	(7.377)	973.666
Foz	237.542	-	-	-	-	-	-	-	(3.859)	(62.205)	171.478
GET	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147
Ijuí	307.962	-	48.789	(186.495)	-	-	-	-	20.034	(28.434)	161.856
Iracema	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-	31
La Virgen (i) (*)	26.819	-	-	-	-	-	(2.702)	-	(38.813)	-	(14.696)
Lavrinhas (i)	125.761	-	-	-	(121)	3.232	-	-	13.157	(25.541)	116.488
Lumitrans	17.032	-	-	-	-	-	-	-	3.161	(4.618)	15.575
Queluz (i)	168.368	-	-	-	(240)	1.460	-	-	15.293	(28.313)	156.568
Risaralda	217	-	-	-	-	-	(49)	-	39	-	207
STC	41.028	-	-	-	-	-	-	-	6.685	(8.526)	39.187
STN	281.459	-	-	-	-	-	-	-	66.941	(64.939)	283.461
TCC	443.134	-	-	-	-	-	-	-	75.906	(72.710)	446.330
TME	134.157	-	-	-	(66)	-	-	-	11.069	(26.657)	118.503
TPE	464.903	-	136.192	-	-	-	-	-	132.918	(83.812)	650.201
Transminas	140.303	-	-	-	-	-	-	-	23.005	(25.167)	138.141
UFV Pitombeira	972	22.775	-	-	-	-	-	-	(276)	-	23.471
TSM	236.552	14.725	39.533	-	-	-	-	-	33.768	(10.217)	314.361
Verde 8	82.395	-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	-	73.518
Windepar	239.342	-	-	-	-	-	-	-	(4.986)	-	234.356
Subtotal	6.848.436	(2.491)	224.650	(186.495)	(3.260)	4.692	(23.781)	(1.592)	890.237	(935.067)	6.815.329
Controlada em conjunto											
TNE	143.264	19.891	-	-	-	-	-	-	5.966	-	169.121
Total Consolidado	143.264	19.891	-	-	-	-	-	-	5.966	-	169.121
Total Controladora	6.991.700	17.400	224.650	(186.495)	(3.260)	4.692	(23.781)	(1.592)	896.203	(935.067)	6.984.450

(i) No saldo das controladas ETB, La Virgen, Queluz e Lavrinhas, está contido o direito de exploração gerado na aquisição de controle delas, que foi reclassificado para o intangível para fins de consolidação. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 13 (b).

(*) Do Resultado de equivalência patrimonial da La Virgen, foi adicionado o valor de R\$1.625 que se refere a parcela realizada do lucro não realizado registrado no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$38.362. O lucro não realizado se refere a Comissão de Aval de Fiança cobrada pela Alupar e que foi capitalizada no Ativo Imobilizado de La Virgen. A parcela realizada se dá por meio da depreciação. Tais registros refletem as determinações do ICPC 09 "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - item 55".

Notas explicativas às demonstrações contábeis

As informações resumidas das controlas e controlada em conjunto que possuem participação de acionistas não controladores, constam na tabela a seguir:

Empresa	Informações contábeis												31/12/2023			31/12/2022		
	31/12/2023												Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)		Quantidade de ações ordinárias ou quotas total	Participação (%)	
	Balanço Patrimonial					Resultado			Fluxo de caixa					Votante	Total		Votante	Total
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	LAIR	Lucro (prejuízo)	Operacional	Investimento	Financiamento	Aumento (redução)						
Controladas:																		
APAETE	11.328	70.736	258	-	81.806	-	(1.929)	(1.929)	274	3.826	(3.940)	160	74.348.851	51,00	36,96	74.348.851	51,00	36,96
EATE	509.903	2.279.564	391.449	1.200.284	1.197.734	187.503	224.037	191.026	294.783	156.416	(326.651)	124.548	92.000.000	50,02	50,02	92.000.000	50,02	50,02
ECTE	122.288	557.460	94.941	274.204	310.603	41.203	41.511	40.443	65.470	29.112	(73.715)	20.867	42.095.000	50,02	50,02	42.095.000	50,02	50,02
ENTE	184.872	828.365	135.447	336.755	541.035	122.351	125.430	104.572	166.264	47.915	(194.378)	19.801	100.840.000	50,01	50,01	100.840.000	50,01	50,01
ERTE	26.497	156.745	5.736	16.661	160.845	26.525	(6.512)	(6.745)	19.850	186	(20.038)	(2)	84.133.970	21,96	21,96	84.133.970	21,96	21,96
ETEM	31.414	158.288	8.347	53.435	127.920	19.983	18.133	13.761	13.790	5.939	(19.671)	58	43.000.000	62,79	62,79	43.000.000	62,79	62,79
ETEP	90.033	449.474	70.853	234.526	234.128	43.414	24.094	26.861	73.055	15.837	(80.227)	8.665	27.000.000	50,02	50,02	27.000.000	50,02	50,02
GET	30	-	115	989	(1.074)	-	-	-	-	-	-	-	1.200	51,00	51,00	1.200	51,00	51,00
Lavrinhas	18.103	200.178	21.452	12.417	184.412	54.943	27.170	24.956	24.763	3.709	(33.150)	(4.678)	70.910.870	61,00	61,00	70.910.870	61,00	61,00
Lumitrans	24.792	84.737	6.376	8.914	94.239	15.426	10.184	9.335	20.787	(3.440)	(15.742)	1.605	72.012.095	15,00	15,00	72.012.095	15,00	15,00
Queluz	21.536	243.324	25.653	14.612	224.595	56.568	31.257	28.864	29.569	2.333	(36.686)	(4.784)	96.782.146	68,83	68,83	96.782.146	68,83	68,83
STC	42.554	176.368	4.246	18.668	196.008	35.769	32.249	30.336	32.381	(3.833)	(27.875)	673	211.003.246	20,00	20,00	211.003.246	20,00	20,00
STN	188.856	596.460	36.460	197.183	551.673	97.183	117.814	102.284	129.377	-	(106.418)	22.959	198.000.000	51,00	51,00	198.000.000	51,00	51,00
TCC	263.185	1.877.916	162.120	1.251.258	727.723	253.886	135.626	97.566	159.932	(5.977)	(153.905)	50	149.028.926	65,70	65,70	149.028.926	65,70	65,70
TPE	390.213	2.772.931	246.639	1.859.455	1.057.050	373.967	186.290	134.953	240.989	(14.043)	(226.915)	31	208.553.107	65,70	65,70	208.553.107	65,70	65,70
Transminas	48.106	159.253	1.122	-	206.237	-	18.264	17.155	1.825	26.486	(8.214)	20.097	44.860.000	70,02	70,02	44.860.000	70,02	70,02
TSM	173.937	1.290.486	48.739	986.664	429.020	175.713	70.589	46.789	111.492	17.532	(129.018)	6	222.144.930	65,70	65,70	222.144.930	65,70	65,70
Verde 8	62.192	244.634	14.190	197.127	95.509	45.042	12.368	9.018	28.996	(18.347)	(10.707)	(58)	107.660.380	85,00	85,00	107.660.380	85,00	85,00
TME	78.994	561.263	14.782	422.726	202.749	71.046	29.933	18.858	51.072	(1.759)	(49.210)	103	109.793.590	60,00	60,00	109.793.590	60,00	60,00
ETB	270.925	1.501.792	149.217	1.233.400	390.100	222.403	101.268	70.748	130.062	(63.632)	(66.412)	18	255.897	51,00	51,00	255.897	51,00	51,00
Controlada em conjunto:																		
TNE	329.806	888.557	66.239	695.455	456.669	347.446	125.438	82.911	(78.426)	(102.748)	283.556	102.382	390.955.850	49,62	49,62	370.705.100	51,00	51,00

Notas explicativas às demonstrações contábeis

11. Participação dos acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Alupar que possuem participação de acionistas não controladores:

	Participação 31/12/2023 (%)	31/12/2022	Variação na participação	Aumento de capital	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2023
Controladas:								
AETE	13,25	12.154	-	-	(293)	-	(1.054)	10.807
Apaete	63,04	55.141	-	-	(1.216)	-	(2.351)	51.574
EATE	49,98	742.071	-	-	95.479	-	(238.894)	598.656
EBTE	49,00	165.142	-	-	19.479	-	(4.503)	180.118
ECTE	49,98	142.907	-	-	20.213	-	(7.888)	155.232
EDTE	49,90	104.575	-	-	29.381	-	(27.798)	106.158
ENTE	49,99	297.507	-	-	52.274	-	(79.323)	270.458
ERTE	21,95	39.962	-	-	(1.480)	-	(3.180)	35.302
ETB	35,00	172.280	(53.115)	-	28.659	-	(11.289)	136.535
ETEM	37,21	46.833	-	-	5.120	-	(4.355)	47.598
ETEP	49,98	112.289	-	-	13.426	-	(8.687)	117.028
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	-	(526)
La Virgen	10,26	40.616	-	-	(1.061)	854	-	40.409
Lavrinhas	39,00	70.494	-	-	9.734	-	(8.300)	71.928
Lumitrans	5,00	5.068	-	-	467	-	(822)	4.713
Queluz	31,17	68.704	-	-	8.997	-	(7.695)	70.006
Risaralda	0,02	21	-	-	-	(8)	-	13
STN	49,00	272.345	-	-	50.119	-	(52.144)	270.320
TCC	34,30	229.047	-	-	33.465	-	(12.903)	249.609
TME	40,00	78.362	-	-	7.543	-	(4.805)	81.100
TPE	34,30	327.096	-	-	46.289	-	(10.817)	362.568
Transirapé	49,00	92.414	-	-	3.293	-	(8.302)	87.405
Transleste	49,00	63.266	-	-	8.907	-	(11.660)	60.513
Transminas	29,98	59.154	-	-	5.145	-	(2.463)	61.836
Transudeste	49,00	43.983	-	-	5.582	-	(7.156)	42.409
TSM	34,30	159.677	-	-	16.049	-	(28.572)	147.154
Verde 08	15,00	12.974	-	-	1.352	-	-	14.326
		3.413.556	(53.115)	-	456.923	846	(544.961)	3.273.249

	Participação 31/12/2022 (%)	31/12/2021	Variação na participação	Aumento de capital	Resultado dos não controladores	Resultado dos não controladores ORA	Dividendos declarados	31/12/2022
Controladas:								
AETE	13,25	10.681	-	-	2.612	-	(1.139)	12.154
Apaete	63,04	47.350	-	-	10.817	-	(3.026)	55.141
EATE	49,98	709.468	-	-	221.597	-	(188.994)	742.071
EBTE	49,00	159.651	-	-	18.912	-	(13.421)	165.142
ECTE	49,98	127.819	-	-	53.437	-	(38.349)	142.907
EDTE	49,90	107.236	-	-	20.309	-	(22.970)	104.575
ENTE	49,99	300.523	-	-	79.815	-	(82.831)	297.507
ERTE	21,95	37.311	-	-	4.856	-	(2.205)	39.962
ETB	49,00	187.386	-	-	35.786	-	(50.892)	172.280
ETEM	37,21	42.140	-	-	5.913	-	(1.220)	46.833
ETEP	49,98	121.152	-	-	22.624	-	(31.487)	112.289
GET	49,00	(526)	-	-	-	-	-	(526)
Ijuí	-	46.209	(48.789)	-	2.580	-	-	-
La Virgen	10,26	40.706	4.758	-	762	(5.610)	-	40.616
Lavrinhas	39,00	71.930	-	-	8.413	-	(9.849)	70.494
Lumitrans	5,00	5.554	-	-	1.054	-	(1.540)	5.068
Queluz	31,17	64.501	-	-	6.926	-	(2.723)	68.704
Risaralda	0,02	22	-	-	4	(5)	-	21
STN	49,00	258.979	-	-	64.315	-	(50.949)	272.345
TCC	34,30	225.146	-	-	39.629	-	(35.728)	229.047
TME	40,00	85.994	-	-	7.379	-	(15.011)	78.362
TPE	34,30	427.767	(130.764)	-	72.725	-	(42.632)	327.096
Transirapé	49,00	85.229	-	-	13.202	-	(6.017)	92.414
Transleste	49,00	52.465	-	-	14.401	-	(3.600)	63.266
Transminas	29,98	56.509	-	-	9.851	-	(7.206)	59.154
Transudeste	49,00	39.791	-	-	8.309	-	(4.117)	43.983
TSM	34,30	124.953	(39.533)	63.288	20.745	-	(9.776)	159.677
Verde 08	15,00	14.540	-	-	(1.566)	-	-	12.974
		3.450.486	(214.328)	63.288	745.407	(5.615)	(625.682)	3.413.556

Notas explicativas às demonstrações contábeis

12. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado							
Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2023
Em serviço							
Custo histórico							
Terrenos	89.052	831	-	2.767	513	28	93.191
Reservatórios, barragens e adutoras	1.599.422	5	-	-	-	-	1.599.427
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	1.233.234	2.254	(1.130)	7.852	(15.763)	-	1.226.447
Máquinas e equipamentos	2.125.795	8.989	(684)	518.800	(3.888)	(361)	2.648.651
Veículos	2.306	36	(250)	-	109	151	2.352
Móveis e utensílios	9.935	205	(60)	30	339	(17)	10.432
Direito de uso sobre arrendamentos	60.839	2.491	-	-	326	6.755	70.411
Total	5.120.583	14.811	(2.124)	529.449	(18.364)	6.556	5.650.911
Depreciação							
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	(313.585)	(34.217)	-	-	-	(347.802)
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	2,32%	(130.056)	(28.648)	10	-	(155)	(158.850)
Máquinas e equipamentos	3,60%	(507.597)	(76.425)	42	-	(574)	(584.539)
Veículos	7,33%	(1.690)	(169)	205	-	(31)	(1.685)
Móveis e utensílios	5,65%	(5.661)	(561)	56	-	(269)	(6.434)
Direito de uso sobre arrendamentos	10,71%	(23.560)	(6.513)	-	-	(112)	(30.374)
Total depreciação		(982.149)	(146.533)	313	-	(1.141)	(174)
Total em serviço		4.138.434	(131.722)	(1.811)	529.449	(19.505)	4.521.227
Em curso							
		1.185.982	319.925	(384)	(529.556)	93.515	(1.167)
Total imobilizado		5.324.416	188.203	(2.195)	(107)	74.010	5.589.542

Consolidado							
Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	31/12/2022
Em serviço							
Custo histórico							
Terrenos	88.867	1.330	(357)	159	(947)	-	89.052
Reservatórios, barragens e adutoras	1.599.025	397	-	-	-	-	1.599.422
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	1.256.063	88	(284)	-	(22.633)	-	1.233.234
Máquinas e equipamentos	2.129.917	4.366	-	829	(9.401)	84	2.125.795
Veículos	2.233	663	(287)	-	(303)	-	2.306
Móveis e utensílios	9.559	600	(4)	(509)	289	-	9.935
Direito de uso sobre arrendamentos	56.250	3.266	-	-	(232)	1.555	60.839
Total	5.141.914	10.710	(932)	479	(33.227)	1.639	5.120.583
Depreciação							
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	(279.374)	(34.211)	-	-	-	(313.585)
Edificações, obras cívicas e benfeitorias	2,20%	(104.368)	(27.622)	-	-	2.025	(130.056)
Máquinas e equipamentos	3,32%	(439.102)	(70.707)	(185)	-	2.407	(507.597)
Veículos	5,87%	(1.603)	(131)	3	-	39	(1.690)
Móveis e utensílios	7,71%	(5.099)	(737)	185	-	(9)	(5.661)
Direito de uso sobre arrendamentos	11,99%	(17.038)	(6.746)	-	-	77	(23.560)
Total depreciação		(846.584)	(140.154)	3	-	4.539	(982.149)
Total em serviço		4.295.330	(129.444)	(929)	479	(28.688)	4.138.434
Em curso							
		414.908	873.988	(1.183)	(1.010)	(100.315)	(406)
Total imobilizado		4.710.238	744.544	(2.112)	(531)	(129.003)	5.324.416

Notas explicativas às demonstrações contábeis

- a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas eólicas e hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R\$731.496), EAPs (R\$20.844), UFV Pitombeira (R\$276.415) e outros projetos (R\$39.560).
- b) Capitalização de encargos
As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os custos de empréstimos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. Em 31 de dezembro de 2023 os custos de empréstimos líquidos capitalizados foram de R\$28.164 (R\$36.646 em 31 de dezembro de 2022). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 17 e 18.
- c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.
- d) Garantias ou penhoras
A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo, no montante de R\$963.536 (R\$1.007.988 em 31 de dezembro de 2022).

13. Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

		Controladora				
Taxa média anual de amortização		31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Custo						
	Outros intangíveis	1.274	-	-	-	1.274
		1.274	-	-	-	1.274
Amortização						
	Outros intangíveis	20,00%	(872)	(99)	-	(971)
			(872)	(99)	-	(971)
Projetos em desenvolvimento						
		43.891	6.003	(10.226)	(11.122)	28.546
	Total intangível	44.293	5.904	(10.226)	(11.122)	28.849

O montante de R\$11.122 refere-se á: (i) transferência de terrenos para a rubrica de Propriedade para Investimento no montante de R\$2.144, e (ii) transferência de gastos com o desenvolvimento inicial dos projetos eólicos Agreste Potiguar I a VII (EAPs I a VII) para outros ativos circulantes, no montante de R\$8.978, dado que tais gastos serão reembolsados por essas controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Controladora					
Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para Investimento	31/12/2022

Custo

Outros intangíveis		1.057	217	-	-	1.274
Direito de exploração		8.156	-	-	(8.156)	-
		9.213	217	-	(8.156)	1.274

Amortização

Outros intangíveis	20,00%	(811)	(61)	-	-	(872)
Direito de exploração	3,33%	(3.464)	-	-	3.464	-
		(4.275)	(61)	-	3.464	(872)

Projetos em desenvolvimento

		44.375	5.151	(5.635)	-	43.891
Total intangível		49.313	5.307	(5.635)	(4.692)	44.293

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2023

Custo

Servidões	-	-	-	85.974	-	85.974
Uso do bem público	17.225	-	-	-	-	17.225
Direito de exploração	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	83.544	-	-	-	-	83.544
Outros intangíveis de concessão	86.310	8.553	-	(85.813)	9.915	18.965
	275.151	8.553	-	161	9.915	293.780

Amortização

Uso do bem público	2,71%	(5.868)	(466)	-	-	(6.334)
Direito de exploração	3,37%	(26.883)	(2.972)	-	-	(29.855)
Direito de extensão da outorga	4,52%	(5.154)	(3.774)	-	(6)	(8.934)
Outros intangíveis de concessão	3,00%	(12.529)	(569)	-	(160)	(13.258)
		(50.434)	(7.781)	-	(166)	(58.381)

Projetos em desenvolvimento

		44.976	9.045	(10.227)	(11.186)	4	32.612
Total intangível		269.693	9.817	(10.227)	(11.025)	9.753	268.011

Consolidado						
Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências internas e de Imobilizado (*)	Ganho e (perda) na conversão de balanços	31/12/2022

Custo

Outros intangíveis de concessão		88.025	11.927	(144)	791	(14.289)	86.310
Uso do bem público		17.485	-	-	(260)	-	17.225
Direito de exploração		88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga		83.544	-	-	-	-	83.544
		277.126	11.927	(144)	531	(14.289)	275.151

Amortização

Outros intangíveis de concessão	0,58%	(12.349)	(511)	144	-	187	(12.529)
Uso do bem público	2,67%	(5.400)	(467)	-	-	(1)	(5.868)
Direito de exploração	5,60%	(21.948)	(4.935)	-	-	-	(26.883)
Direito de extensão da outorga	4,77%	(1.167)	(3.987)	-	-	-	(5.154)
		(40.864)	(9.900)	144	-	186	(50.434)

Projetos em desenvolvimento

		45.302	5.333	(5.659)	-	-	44.976
Total intangível		281.564	7.360	(5.659)	531	(14.103)	269.693

Notas explicativas às demonstrações contábeis

O valor de R\$531 corresponde a transferência de Imobilizado para Intangível, relacionado a custo de aquisição de terrenos e outros gastos diversos que passaram ser considerado como custos com servidão de passagem.

a) Outros intangíveis de concessão

Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.

b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.

Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	Taxa média anual de amortização	Prazo da outorga		Consolidado	
		Início	Fim	31/12/2023	31/12/2022
Custo					
Queluz	2,22%	06/04/04	10/08/48	2.665	2.665
Lavrinhas	2,22%	06/04/04	01/09/48	5.245	5.245
ETB	3,29%	29/09/16	29/09/46	28.400	28.400
La Virgen (iv)	-	-	-	6.164	6.164
EDV I (ii)	2,82%	17/07/12	17/07/47	3.006	3.006
EDV II (ii)	2,82%	16/07/12	16/07/47	1.847	1.847
EDV III (ii)	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.714	2.714
EDV IV (ii)	2,82%	24/07/12	24/07/47	3.933	3.933
EDV X (ii)	2,82%	19/07/12	19/07/47	2.420	2.420
STC (i)	3,29%	27/04/06	27/04/36	8.942	8.942
Lumitrans (i)	3,29%	18/02/04	18/02/34	9.766	9.766
Transleste (i)	3,29%	18/02/04	18/02/34	3.814	3.814
Transudeste (i)	3,29%	04/03/05	04/03/35	2.767	2.767
Transirapé (i)	3,29%	15/03/05	15/03/35	4.391	4.391
EDTE (iii)	3,29%	01/12/16	01/12/46	1.752	1.752
Outros	-	-	-	246	246
				88.072	88.072
Amortização					
Queluz				(1.795)	(1.691)
Lavrinhas				(2.263)	(2.134)
ETB				(5.796)	(4.804)
EDV I (ii)				(744)	(648)
EDV II (ii)				(453)	(393)
EDV III (ii)				(694)	(608)
EDV IV (ii)				(970)	(843)
EDV X (ii)				(597)	(519)
STC (i)				(4.726)	(4.412)
Lumitrans (i)				(6.104)	(5.703)
Transleste (i)				(1.907)	(1.720)
Transudeste (i)				(1.371)	(1.243)
Transirapé (i)				(2.084)	(1.877)
EDTE (iii)				(351)	(288)
				(29.855)	(26.883)
Total líquido				58.217	61.189

(i) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada EATE. (ii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada Windepar. (iii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

c) Direito de extensão das outorgas

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

e) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

f) Análise de impairment

A Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2023.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso do serviço de transmissão	-	-	3.138	3.526
Compra de energia elétrica	2.162	-	9.256	5.365
Materiais e serviços	3.021	2.428	152.650	230.228
Compra de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 28)	7.935	7.197	-	-
Fornecedores em moeda estrangeira	-	-	26.576	-
Total	13.118	9.625	191.620	239.119

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e Serviços e Suprimento de energia elétrica, possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

15. Encargos regulatórios e outros tributos a pagar e compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos regulatórios				
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	-	-	6.437	5.407
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	10.630	18.477
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	860	991
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	35.571	26.628
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.394	1.521
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	759	743
Total Encargos regulatórios	-	-	55.651	53.767
Circulante	-	-	39.010	53.767
Não circulante	-	-	16.641	-
Outros tributos a pagar				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	32	23	621	191
Programa de Integração Social - PIS	1.822	1.256	15.001	13.201
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.749	4.940	66.254	58.770
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	78	-	1.922	1.133
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	8	12	3.638	4.549
Imposto sobre Serviços - ISS	8.776	6.281	9.712	6.748
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	108	65	581	497
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	-	11.379
Outros	-	-	596	785
Total Outros tributos a pagar	17.573	12.577	98.325	97.253
Outros tributos compensáveis				
Programa de Integração Social - PIS	-	397	693	1.642
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	4.661	5.630
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	522	222
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	83	99
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	432	544
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.973	3.032
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	7.996	22.393
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	55.500	41.781
Outros	-	-	708	723
Total Outros tributos compensáveis	-	397	72.568	76.066
Circulante	-	397	66.591	57.644
Não circulante	-	-	5.977	18.422

16. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	-	-	216.877	222.849
PIS e COFINS diferidos	-	-	1.454.689	1.421.484
	-	-	1.671.566	1.644.333
Circulante	-	-	172.507	170.347
Não circulante	-	-	1.499.059	1.473.986

Notas explicativas às demonstrações contábeis

17. Empréstimos e financiamentos

A Controladora não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Cláusulas restritivas	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2023				31/12/2022
						Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional													
Operacionais													
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	ICSD >= 1,20	TJLP	2,44	Mensal	-	29	7.894	7.923	11.384
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	ICSD >= 1,20	TJLP	2,04	Mensal	-	1	387	388	371
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	(1.751)	430	120.446	119.125	134.006
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	-	170	47.672	47.842	53.826
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	2,34	Mensal	-	19	5.378	5.397	6.073
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	ICSD >= 1,20 e ICP >= 20%	TJLP	-	Mensal	-	4	1.513	1.517	1.707
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	3,17	Mensal	-	221	56.607	56.828	71.268
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	1,93	Mensal	-	44	12.943	12.987	22.501
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	2,22	Mensal	-	6	1.757	1.763	3.056
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	1,93	Mensal	-	36	10.679	10.715	20.402
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	ICSD >= 1,20 e ICP >= 25%	TJLP	2,22	Mensal	-	8	2.338	2.346	4.468
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(47)	146	44.431	44.530	47.411
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	20	13.792	13.812	14.683
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(30)	82	25.081	25.133	26.759
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	12	7.873	7.885	8.381
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(36)	126	38.336	38.426	40.915
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	14	9.753	9.767	10.381
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(40)	193	58.818	58.971	62.785
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	16	10.794	10.810	11.492
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	ICSD >= 1,30	TJLP	2,18	Mensal	(39)	106	32.145	32.212	34.296
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	ICSD >= 1,30	IPCA	3,70	Mensal	-	17	12.096	12.113	12.877
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	-	3,50	Mensal	-	-	199	199	2.585
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	-	TJLP	3,50	Mensal	-	152	2.456	2.608	3.023
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	TJLP	6,50	Mensal	-	99	1.264	1.363	1.929
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	-	9,50	Mensal	-	67	816	883	5.360
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	-	9,50	Mensal	-	15	2.871	2.886	1.650
Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	-	CDI	2,90	Mensal	(118)	696	68.877	69.455	92.681
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	-	CDI	2,90	Mensal	(170)	603	59.711	60.144	68.226
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	-	CDI	2,90	Mensal	(130)	773	76.530	77.173	102.980
Itaú Unibanco S.A. - CCC	ETES	set/20	set/23	10.000	-	CDI	2,68	Semestral	-	-	-	-	10.418
Itaú Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	-	IBR(**)	4,43	Trimestral	(555)	1.394	97.075	97.914	96.948
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	-	IBR(**)	4,37	Mensal	-	-	-	-	45
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/21	out/24	(COP) 124.790	-	IBR(**)	4,44	Mensal	-	-	60	60	92
BNB	EAP I	dez/23	out/47	84.139	-	IPCA	4,55	Mensal	(401)	134	71.614	71.347	-
BNB	EAP II	dez/23	out/47	97.528	-	IPCA	4,55	Mensal	(509)	101	97.614	97.206	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Cláusulas restritivas	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2023				31/12/2022
						Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional													
Pré - Operacionais													
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	abr/22	out/23	(COP) 15.000.000	-	IBR(**)	3,45	Bullet/Mensal	-	-	-	-	16.183
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	jul/22	out/23	(COP) 4.215.000	-	IBR(**)	4,55	Bullet/Mensal	-	-	-	-	4.562
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	out/23	out/24	(COP) 19.215.000	-	IBR(**)	4,82	Bullet/Trimestral	-	826	24.019	24.845	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	46	46	106
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	-	IBR(**)	5,07	Mensal	-	-	30	30	70
Subtotal Moeda Nacional									(3.826)	6.560	1.023.915	1.026.649	1.005.900
Circulante									(1.826)	6.560	241.932	246.666	199.137
Não circulante									(2.000)	-	781.983	779.983	806.763
Moeda estrangeira													
Operacionais													
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	(USD) 18.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	-	4,15	Anual / Semestral	-	-	-	-	95.111
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/23	nov/26	(USD) 7.500	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	SOFR 3M	2,80	Bullet / Trimestral	-	-	37.098	37.098	-
Santander Brasil	Alupar Perú	dez/21	dez/24	(USD) 35.000	-	-	3,66	Anual	-	-	178.855	178.855	183.769
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	ICSD >= 1,10	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	262.125	262.125	285.070
BTG Caiman	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	ICSD >= 1,10	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	166.808	166.808	181.408
Banco Citibank	EAP I	dez/23	fev/24	(USD) 3.581	-	-	2,52	Único no final/Semestral	-	29	17.336	17.365	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	dez/23	fev/24	Nocional 17.463	-	CDI	1,13	Único no final	-	-	140	140	-
Banco Citibank	EAP II	dez/23	fev/24	(USD) 9.354	-	-	2,52	Único no final/Semestral	-	75	45.284	45.359	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	dez/23	fev/24	Nocional 45.614	-	CDI	1,13	Único no final	-	-	365	365	-
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 20.293	-	-	1,93	Único no final/Semestral	-	-	-	-	106.053
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	jun/22	dez/23	Nocional 104.308	-	CDI	0,98	Único no final	-	-	-	-	(1.345)
Banco Citibank	EAP II	jun/22	dez/23	(USD) 27.707	-	-	1,93	Único no final/Semestral	-	-	-	-	144.798
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	jun/22	dez/23	Nocional 142.412	-	CDI	0,98	Único no final	-	-	-	-	(1.837)
Pré - Operacionais													
Santanter Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/24	(USD) 11.000	-	SOFR 3M	2,85	Anual	-	519	52.553	53.072	57.276
Santanter Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/24	(USD) 7.000	-	SOFR 3M	2,85	Anual	-	330	33.443	33.773	37.481
MUFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 106.020	Dívida:PL <= 85:15 ICSD >= 1,15	SOFR 6M	2,65	Gradual/Semestral	(38.092)	18.689	537.572	518.169	425.934
Subtotal Moeda estrangeira									(38.092)	19.642	1.331.579	1.313.129	1.513.718
Circulante									(10.695)	19.642	216.657	225.604	454.281
Não circulante									(27.397)	-	1.114.922	1.087.525	1.059.437
Total									(41.918)	26.202	2.355.494	2.339.778	2.519.618
Circulante									(12.521)	26.202	458.589	472.270	653.418
Não circulante									(29.397)	-	1.896.905	1.867.508	1.866.200

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por muitos bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancário de Referência (IBR) utilizado na Colômbia. A taxa do IBR é mensal. (a) Contrato de SWAP para proteção da variação cambial do empréstimo, que consiste na fixação da cotação do dólar americano em troca de taxa de juros.

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estes índices, demonstrados no quadro acima, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2023 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$155.384 (R\$138.094 em 31 de dezembro de 2022) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.005.900	1.209.746	1.513.718	1.177.847	2.519.618	2.387.593
Ingresso de dívidas (Custo de captação)	190.541	259.193	157.837	1.151.115	348.378	1.410.308
Encargos financeiros	110.620	127.749	143.794	91.878	254.414	219.627
Variação cambial	-	-	(153.887)	37.465	(153.887)	37.465
Ganho e perda na conversão	17.840	(25.414)	37.119	(126.849)	54.959	(152.263)
Amortização do principal	(195.515)	(561.455)	(255.356)	(606.882)	(450.871)	(1.168.337)
Amortização do encargos	(102.737)	(141.026)	(130.096)	(73.749)	(232.833)	(214.775)
Transferência	-	137.107	-	(137.107)	-	-
Saldo final	1.026.649	1.005.900	1.313.129	1.513.718	2.339.778	2.519.618

Saldo a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2023							
	Consolidado							
	R\$							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Moeda								
Dólar norte-americano	235.794	249.800	68.062	497.182	37.681	23.051	239.146	1.350.716
Pesos colombianos	40.325	83.125	-	-	-	-	-	123.450
Real brasileiro	208.593	171.695	69.591	66.609	55.561	57.616	277.865	907.530
(-) Custos a amortizar	(12.442)	(11.461)	(11.193)	(6.030)	(240)	(240)	(312)	(41.918)
	472.270	493.159	126.460	557.761	93.002	80.427	516.699	2.339.778
Indexador								
CDI	110.127	97.568	-	-	-	-	-	207.695
TJLP	84.603	64.353	59.797	56.155	46.554	48.304	112.251	472.017
Taxa fixa (Real)	3.399	569	-	-	-	-	-	3.968
IPCA	10.467	9.202	9.794	10.454	9.007	9.312	165.614	223.850
Taxa fixa (USD)	192.978	172.544	-	-	-	-	-	365.522
IBR	40.325	83.125	-	-	-	-	-	123.450
SOFR	42.813	77.259	68.062	497.182	37.681	23.051	239.146	985.194
(-) Custos a amortizar	(12.442)	(11.461)	(11.193)	(6.030)	(240)	(240)	(312)	(41.918)
	472.270	493.159	126.460	557.761	93.002	80.427	516.699	2.339.778

18. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Clausulas restritivas de indicadores financeiros	Taxa efetiva a.a.		Amortização		31/12/2023				31/12/2022
						Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Controladora														
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(600)	17.130	648.500	665.030	666.826
Total Controladora										(600)	17.130	648.500	665.030	666.826
Circulante										(365)	17.130	324.250	341.015	18.898
Não circulante										(235)	-	324.250	324.015	647.928
Consolidado - Operacionais														
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	ICSD >= 1,20	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(2.610)	188	71.545	69.123	72.752
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	Dívida líquida <= R\$ 1,9 bi	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	9.286
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	Dívida líquida <= R\$ 1,9 bi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(101)	16.335	-	16.234	287.341
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(33)	3.025	50.000	52.992	53.174
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	Dívida líquida <= R\$ 840 mi	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(34)	3.025	50.000	52.991	53.171
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	Dívida líquida <= R\$ 285 mi	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	5.520
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	ICSD >= 1,15 e ICP >= 20%	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(5.275)	622	250.061	245.408	292.514
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	Dívida líquida <= R\$ 225 mi	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	11.020
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	Dívida líquida <= R\$ 50 mi	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	3.986
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	CDI	112,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	42.876
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(837)	4.149	151.524	154.836	147.417
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	Dívida líquida <= R\$ 41 mi	CDI	112,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	3.789
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75 Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(744)	5.034	187.185	191.475	182.486
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	CDI	113,50	Único no final	Semestral	-	-	-	-	31.890
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	Dívida líquida/EBITDA >= 2,5	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(617)	5.113	110.658	115.154	109.641
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	IPCA	5,29	Semestral	Semestral	(5.074)	100.572	307.125	402.623	393.141
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(12.333)	250.671	715.000	953.338	907.928
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	ICSD >= 1,10	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(594)	4.191	96.135	99.732	111.101
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	Dívida líquida <= R\$ 1,9 bi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(272)	6.051	470.000	475.779	206.461
6ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(99)	1.513	50.000	51.414	51.568
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 285 mi	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(99)	1.513	50.000	51.414	51.568

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Financiadores	Empresas	Condições contratadas das debêntures								Controladora e Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Cláusulas restritivas de indicadores financeiros	Taxa efetiva a.a.		Amortização		31/12/2023				31/12/2022
						Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Controladora														
Consolidado - Operacionais														
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 164 mi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(97)	1.513	50.000	51.416	51.573
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	Dívida líquida <= R\$ 225 mi	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(99)	1.513	50.000	51.414	51.568
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(374)	22.947	600.000	622.573	625.252
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(11.766)	225.106	639.200	852.540	864.344
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	Dívida líquida/EBITDA <= 3,75	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(18.474)	354.213	1.005.800	1.341.539	1.360.122
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5 ICSD >= 1,20	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(28.534)	75.086	664.608	711.160	676.800
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(21.270)	8.478	583.604	570.812	543.194
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	Dívida líquida <= R\$ 1,9 bi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(442)	2.141	110.000	111.699	111.887
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	Dívida líquida <= R\$ 225 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(223)	876	45.000	45.653	45.719
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	Dívida líquida <= R\$ 285 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(189)	681	35.000	35.492	35.539
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	Dívida líquida <= R\$ 338 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(274)	1.168	60.000	60.894	60.989
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	Dívida líquida <= R\$ 840 mi	CDI	1,80	Único no final	Semestral	(172)	584	30.000	30.412	30.450
1ª Emissão	TME	mai/22	mai/27	240.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(628)	3.617	240.000	242.989	243.596
11ª Emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000	Dívida líquida <= R\$ 1,9 bi	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(1.170)	467	310.000	309.297	-
6ª Emissão	ENTE	dez/23	dez/28	50.000	Dívida líquida <= R\$ 840 mi	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(259)	75	50.000	49.816	-
Pré - Operacionais														
1ª Emissão	Pitombeira	set/22	set/24	200.000	-	CDI	1,28	Único no final	Único no final	(184)	-	237.547	237.363	207.045
1ª Emissão	ELTE	out/22	out/25	500.000	Dívida líquida/EBITDA <= 4,5	CDI	1,35	Único no final	Semestral	(1.115)	13.156	500.000	512.041	512.954
Total Consolidado										(114.592)	1.130.753	8.418.492	9.434.653	9.116.488
Circulante										(18.466)	259.716	1.422.037	1.663.287	497.611
Não circulante										(96.126)	871.037	6.996.455	7.771.366	8.618.877

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, demonstrados no quadro acima, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas. Existem emissões de debêntures cujos índices financeiros devem ser apurados de forma trimestral ou anual, e o não cumprimento de tais índices financeiros implica em vencimento antecipado da dívida.

As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	666.826	659.536	9.116.488	7.660.163
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	-	-	358.481	1.216.874
Encargos financeiros	91.951	87.564	1.088.591	1.022.667
Amortização do principal	-	-	(301.130)	(182.886)
Amortização do encargos	(93.747)	(80.274)	(827.777)	(600.330)
Saldo final	665.030	666.826	9.434.653	9.116.488

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2023							
	Controladora							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
CDI	341.380	324.250	-	-	-	-	-	665.630
(-) Custos a amortizar	(365)	(235)	-	-	-	-	-	(600)
	341.015	324.015	-	-	-	-	-	665.030

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2023							
	Consolidado							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
CDI	1.045.357	963.861	639.485	485.001	699.999	-	-	3.833.703
IPCA	634.839	848.093	525.150	540.908	1.559.715	527.085	1.079.752	5.715.542
(-) Custos a amortizar	(16.909)	(18.957)	(15.115)	(14.474)	(10.995)	(2.757)	(35.385)	(114.592)
	1.663.287	1.792.997	1.149.520	1.011.435	2.248.719	524.328	1.044.367	9.434.653

19. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$270.522 (R\$116.330 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), em fase de construção e localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingresso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017. Considerando que a obrigação de desempenho de operar e manter o sistema de transmissão de energia não foi cumprido até o momento, os valores mensais faturados, estão sendo reconhecidos como Passivo de contrato no passivo não circulante. Esse reconhecimento representa a obrigação da TCE em cumprir com seus compromissos contratuais. O montante do Passivo de contrato que for sendo registrado até a entrada em operação comercial da TCE prevista para setembro de 2024, será após isso, reconhecido no resultado do exercício de forma linear até o prazo remanescente do contrato, cuja duração total é de 25 anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2021, a medida que as condições de reconhecimento de receita forem sendo atendidas.

20. Provisões, Depósitos judiciais e Passivos contingentes

20.1. Provisões

Controladora						
31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2023
Provisão para contingências (f)						
<i>Cível e fundiário</i>	-	1.258	-	-	-	1.258
<i>Trabalhista</i>	1.877	2.254	1.348	-	-	5.479
	1.877	3.512	1.348	-	-	6.737

Controladora						
31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2022
Provisão para contingências (f)						
<i>Cível e fundiário</i>	6	-	17	(23)	-	-
<i>Trabalhista</i>	1.645	-	4.372	(4.140)	-	1.877
	1.651	-	4.389	(4.163)	-	1.877

Consolidado						
31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2023
Provisões para constituição de ativos (a)	175.889	68.991	-	(46.119)	-	193.238
Provisões para compensações ambientais (b)	25.999	6.094	320	(6.111)	-	23.936
Provisão para desmobilização (c)	12.130	8.207	142	-	-	20.479
Provisão do uso do bem público (d)	26.834	-	3.826	-	(2.860)	27.800
Provisão para ressarcimento (e)	-	4.024	-	(1.552)	-	2.472
Provisão para contingências (f)						
<i>Tributário</i>	1.790	-	236	-	-	2.026
<i>Cível e fundiário</i>	5.108	1.312	7	-	21.010	27.437
<i>Trabalhista</i>	3.534	3.064	1.363	(476)	(607)	6.878
	251.284	91.692	5.894	(54.258)	21.010	304.266
Circulante	94.699					114.891
Não circulante	156.585					189.375

Consolidado						
31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Baixas	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2022
Provisões para constituição de ativos (a)	341.596	-	-	(5.885)	-	175.889
Provisões para compensações ambientais (b)	30.591	-	439	(1.424)	-	25.999
Provisão para desmobilização (c)	12.130	-	-	-	-	12.130
Provisão do uso do bem público (d)	26.834	-	-	-	-	26.834
Provisão para contingências (f)						
<i>Tributário</i>	1.706	-	158	(74)	-	1.790
<i>Cível e fundiário</i>	1.180	4.169	23	(264)	-	5.108
<i>Trabalhista</i>	3.266	779	4.504	(4.783)	(232)	3.534
	417.303	4.948	5.124	(12.430)	(163.661)	251.284
Circulante	94.699					94.699
Não circulante	322.604					156.585

(a) As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

- (b) As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência cláusulas nos contratos de arrendamentos que determinam que as controladas EDV I, EDV X, EAP I e EAP II deverão, ao final do contrato, devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações e rede de água e esgoto. Os contratos de arrendamentos possuem duração de 35 anos, cujos vencimentos coincidem com os prazos de Autorização outorgados pela ANEEL descritos na nota explicativa nº 1. As premissas para a estimativa dos custos de desmontagem da provisão para desmobilização são baseadas utilizando a tecnologia hoje existente, a preços correntes inflacionados pelo IPCA até o fim do contrato, e descontada utilizando a taxa de desconto real de 6% a.a em média. A provisão para desmobilização foi reconhecida inicialmente em contrapartida ao Ativo Imobilizado e qualquer mudança na estimativa de fluxo de caixa para desembolso da obrigação ou da taxa de desconto, serão registradas em contrapartida ao Ativo Imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 12/IFRIC 1. O Ajuste a valor presente é reconhecido no resultado.
- (d) O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí calculados até o final dos contratos de concessão, e reconhecidos a valor presente, cuja taxa de desconto aplicada foi de 9,9%. O UBP é pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial, reajustado anualmente pelo IPCA.
- (e) Os parques eólicos das controladas EDVs operam com os leilões de Energia de Reserva (LER) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados como Provisão de ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de Contas a receber, ambos têm como contrapartida a Receita de suprimento de energia elétrica. Os limites para exposições positivas e negativas de geração de energia são divididos da seguinte forma: (i) a Quadrienal cuja faixa é entre 90% a 100% ou entre 101% a 130%; e (ii) a Anual cuja faixa é de menor que 90% ou maior que 130%. A faixa Quadrienal é acumulada durante quatro anos e o saldo de energia em megawatt, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, e a faixa Anual é acumulada durante o ano e o saldo, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, ambos pelos preços megawatt/hora vigentes à época da apuração do ciclo. Diante deste cenário, temos provisões que estão em formação e provisões formadas, ou seja, que o ciclo de apuração foi finalizado.
- (f) Provisão para contingências: Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de supostos serviços adicionais, originários de contratos decorrentes da implantação dos empreendimentos, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

20.2. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributário	-	-	5.950	4.645
Cível	5	5	5.639	5.655
Fundiário	-	-	975	2.740
Trabalhista	739	909	2.669	2.993
Regulatório (ANEEL)	-	-	28	205
	744	914	15.261	16.238
Circulante	-	-	384	384
Não circulante	744	914	14.877	15.854

20.3. Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais				
Tributário	38	44.612	55	45.437
Cível, Ambiental e Fundiário	53	304.698	59	345.561
Trabalhista	67	4.686	63	8.057
Regulatório	7	734	11	648
	165	354.730	188	399.703

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Resumo dos principais processos com risco de perda possível:

i) Tributário:

- Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se de ação ajuizada para fins de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS, referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013), inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco aproximado é de R\$21.417 (R\$20.203 em 31 de dezembro de 2022);
- Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$18.815 (R\$15.267 em 31 de dezembro de 2022);

- Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$10.918 (R\$10.050 em 31 de dezembro de 2022); e
- Processo Administrativo nº 19515722963201238 – em face da controlada EATE. Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Omissão de Receitas - Período de 2007. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.728 (R\$2.203 em 31 de dezembro de 2022).

ii) Ambiental e Cível:

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$111.824 (R\$96.140 em 31 de dezembro de 2022);

A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

- Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$154 (R\$161 em 31 de dezembro de 2022).
- Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado.
- Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$18.345 (R\$15.772 em 31 de dezembro de 2022);
- Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$7.862 (R\$6.759 em 31 de dezembro de 2022);
- Auto de Infração Ambiental nº 41971 - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$6.788 (R\$6.146 em 31 de dezembro de 2022);
- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado;
- Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006) - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios

relacionados à evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado;

- Ação Ordinária nº 5013784-97.2020.8.13.0105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação interposta em face da controlada TPE – Transmissora Paraíso de Energia S.A., que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória na Posse c/c Manutenção na Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Servidão Administrativa nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R\$24.959 (R\$23.246 em 31 de dezembro de 2022); e
- Ações JEC – Evento “apagão 2020”: trata-se de 2.248 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$78.691 (R\$73.377 em 31 de dezembro de 2022).

iii) Arbitragem:

- Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETB para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$73.351 (R\$66.086 em 31 de dezembro de 2022);
- Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$13.660 (R\$12.307 em 31 de dezembro de 2022); e
- Procedimento Arbitral: instaurado pela Transnorte Energia S.A. (TNE), com o objetivo de determinar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão nº 003/2012 – ANEEL.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo:

(i) Arbitragem:

- Processos Arbitrais: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e as cessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuíam cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de devedor, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda destas arbitragens é apontada por nossos advogados como remota. O valor em risco é de R\$31.862.

21. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$3.310.783 (R\$ 2.981.996 em 31 de dezembro de 2022), e a quantidade de ações está representado conforme abaixo:

31/12/2023						
Ordinárias		Preferenciais		Total		
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas						
Controladores	475.181.894	76,54	1.745.228	0,59	476.927.122	52,16
Outros (free float)	145.652.313	23,46	291.696.269	99,41	437.348.582	47,84
Total das ações	620.834.207	100,00	293.441.497	100,00	914.275.704	100,00

31/12/2022						
Ordinárias		Preferenciais		Total		
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas						
Controladores	456.905.633	76,54	1.676.184	0,59	458.581.817	52,16
Outros (free float)	140.050.337	23,46	280.479.115	99,41	420.529.452	47,84
Total das ações	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	879.111.269	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$328.787, mediante a capitalização de parte do saldo contábil da Reserva de Investimentos, com a emissão de 35.164.450 novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 23.878.239 ações ordinárias e 11.286.211 ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units à razão de 4%, ou seja, na proporção de 4 (quatro) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas, independentemente de sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. A partir do dia 18 de abril de 2023, as ações e Units foram negociadas “ex” direito à bonificação, sendo que as novas ações ou Units, conforme o caso, foram incluídas na posição dos acionistas em 24 de abril de 2023.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$9,35 por ação, independentemente da espécie, ou R\$28,05 por Unit (representativas cada uma de uma ação ordinária e duas ações preferenciais) para os fins do disposto no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

O aumento de capital teve por objetivo: (i) atender a obrigação legal imposta pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não podem ultrapassar o capital social; e (ii) aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível combinada com uma maior quantidade de ações em circulação gerou, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que resultou em criação de valor aos acionistas.

Adicionalmente, durante o exercício de 2023 houve o cancelamento de 15 ações da Companhia, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 item d).

- c) A Reserva de lucros no valor de R\$3.996.686 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.978.834 em 31 de dezembro de 2022) é composta pela:
- c.1) Reserva legal no valor de R\$366.186 em 31 de dezembro de 2023 (R\$331.483 em 31 de dezembro de 2022): de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
 - c.2) Reserva de investimentos no valor de R\$3.416.641 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.259.780 em 31 de dezembro de 2022): os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.
 - c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R\$213.859 em 31 de dezembro de 2023 (R\$387.571 em 31 de dezembro de 2022): refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório que excedeu a parcela realizada do lucro líquido dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

Excesso de reserva de lucros

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 excesso de reserva de lucros no valor de R\$604.629 e R\$691.458, respectivamente. O Estatuto Social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Portanto a destinação parcial de tal excesso, referente ao exercício de 2022, foi deliberada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de abril de 2023, conforme detalhado no item (b) dessa nota explicativa. O valor remanescente do excesso de reservas referente ao exercício de 2022, no valor de R\$84.278 será destinado posteriormente, juntamente com o excesso apurado referente ao exercício de 2023 no valor de R\$520.351, totalizando R\$604.629.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Ganho (perda) em transação de capital		
EATE	86.821	86.821
ECTE	(3.915)	(3.915)
APAETE	4.643	4.643
Lavrinhas	(4.747)	(4.747)
Queluz	(3.000)	(3.000)
Foz	(50.853)	(50.853)
TME	(27.823)	(27.823)
TCC	79.610	79.610
TPE	109.843	109.843
TSM	33.088	33.088
Ijuí	(207.224)	(207.224)
ETB	50.394	-
	<u>66.837</u>	<u>16.443</u>
Reserva para reinvestimento		
ENTE	466	466
ETEP	57	57
	<u>523</u>	<u>523</u>
	<u>67.360</u>	<u>16.966</u>

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros designados como hedge accounting, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	45.492	70.865	36.057	67.735
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos líquidos no exterior (i)				
La Virgen	(2.806)	(2.702)	(1.960)	(8.317)
Risaralda	(73)	(49)	(73)	(49)
Alupar Peru	(9.322)	(6.671)	(9.322)	(6.671)
Alupar Colômbia	7.571	(14.359)	7.571	(14.359)
Subtotal - Ajustes acumulados de conversão	(4.630)	(23.781)	(3.784)	(29.396)
Outros resultados abrangentes				
Alupar - Resultado de equivalência patrimonial (ii)	5.075	(1.592)	-	-
TCE - Hedge de fluxo de caixa (ii)	-	-	7.250	(2.972)
TCE - Imposto de renda diferido (ii)	-	-	(2.175)	690
Saldo no fim do exercício	45.937	45.492	37.348	36.057

- (i) Os montantes acumulados de variações cambiais relacionadas a ajustes de conversão de controladas no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, apenas no momento da baixa de controlada no exterior, ou na perda de controle.
- (ii) A controlada TCE designou instrumentos financeiros derivativos como hedge accounting de fluxo de caixa e a variação do valor justo de tais instrumentos financeiros são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 3.4 item (c) e 29.3. Consequentemente, a Companhia reconhece a sua participação em tal operação por conta do método de equivalência patrimonial.

f) Destinação do resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	694.063	918.466
Destinações para:		
Reserva legal	34.703	45.923
Reserva de lucros a realizar	-	209.345
Dividendos intercalares	109.713	-
Dividendos obrigatórios	55.127	8.791
Dividendos adicionais	8.872	-
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	485.648	654.407
Dividendos declarados da Reserva de lucros a realizar	173.712	413.182
Dividendos totais declarados	347.424	421.973
Porcentagem de dividendos sobre o Lucro do exercício	50%	46%

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, alterado em 6 de dezembro de 2022, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício após a destinação da reserva legal de 5%, que exceder a soma do resultado positivo de equivalência patrimonial, descontados dos dividendos intermediários recebidos das controladas. A Administração da Companhia apurou a parcela não realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e destinou à conta de Reserva de Lucros a Realizar o valor dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, que corresponde ao montante de R\$209.345. O dividendo mínimo obrigatório de 25% da parcela realizada do lucro líquido de 31 de dezembro de 2022 corresponde ao montante de R\$8.791. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve destinação à conta de Reserva de Lucros a Realizar.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia realizou parte dos dividendos obrigatórios destinados anteriormente à conta de Reserva de Lucros a Realizar, a realização foi mediante o recebimento de dividendos de suas controladas, nos montantes de R\$173.712 e R\$413.183, respectivamente, e reclassificou para a rubrica de “Dividendos a Pagar”, conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76.

A seguir detalhamos as distribuições de dividendos ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Data de Aprovação	Data Ex-Dividendos	Data Record ¹	Data de Pagamento	Montante Total	Por ação (R\$)	Por Unit (R\$)
Recomendação do Cons. de Administração ²	19/04/2024	22/04/2024	19/04/2024	18/06/2024	237.711	0,26	0,78
Conselho de Administração	09/11/2023	17/11/2023	16/11/2023	08/01/2024	36.571	0,04	0,12
Conselho de Administração	09/08/2023	17/08/2023	16/08/2023	05/10/2023	36.571	0,04	0,12
Conselho de Administração	10/05/2023	16/05/2023	15/05/2023	05/07/2023	36.571	0,04	0,12
Assembléia	17/04/2023	18/04/2023	17/04/2023	16/05/2023	421.974	0,48	1,44

¹ Data Record: data base para o direito ao recebimento do dividendo. ² Conforme RCA de 05 de março de 2024.

22. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	694.063	918.466
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	613.311	596.956
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	289.886	282.155
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (*)	0,76845	1,04477
Lucro básico e diluído por ação preferenciais (*)	0,76845	1,04477

(*) A Companhia não possui instrumentos dilutivos, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou bônus de subscrição.

23. Receita operacional líquida e Outras receitas operacionais

Controladora		Consolidado		
Exercício findo em		Exercício findo em		
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Receita operacional bruta				
Sistema de transmissão de energia				
Receita de operação e manutenção (Nota 9)	-	-	606.157	566.620
Receita de infraestrutura (Nota 9)	-	-	208.102	250.481
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	-	-	1.997.004	2.737.546
	-	-	2.811.263	3.554.647
Sistema de geração de energia				
Suprimento de energia (Nota 24)	105.959	74.460	816.183	695.358
Outras receitas	-	-	6.459	-
	105.959	74.460	822.642	695.358
Prestação de serviços				
Comissão de aval - Partes relacionadas (Nota 28)	58.605	114.376	-	-
Total - Receita operacional bruta	164.564	188.836	3.633.905	4.250.005
Tributos sobre a receita operacional bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(2.206)	(2.484)	(43.906)	(42.931)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(9.654)	(10.179)	(181.064)	(196.458)
Pis e Cofins - Diferidos	-	-	(33.119)	(91.400)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	(92)	-
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.496)	(6.280)	(2.792)	(6.701)
	(14.356)	(18.943)	(260.973)	(337.490)
Encargos regulatórios				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(27.855)	(36.194)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(11.135)	(10.558)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	-	-	(11.133)	(10.558)
Ministério de minas e energia - MME	-	-	(5.567)	(5.296)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	(12.895)	(12.010)
TFSEE e RGR Diferido	-	-	7.034	(4.191)
	-	-	(61.551)	(78.807)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(14.356)	(18.943)	(322.524)	(416.297)
Total - Receita operacional líquida	150.208	169.893	3.311.381	3.833.708
Outras receitas operacionais				
Ganho pela revisão tarifária (Nota 9)	-	-	52.899	60.344
Ganho com indenizações	-	-	40	16.717
Outras receitas operacionais	-	(576)	5.020	2.913
Subtotal - Outras receitas operacionais bruta	-	(576)	57.959	79.974
(-) Impostos sobre outras receitas operacionais	-	-	(6.347)	(4.516)
Total - Outras receitas operacionais	-	(576)	51.612	75.458

a) A seguir apresentamos as margens do segmento de transmissão de cada obrigação de desempenho:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022
Implementação de infraestrutura		
Receita de infraestrutura	208.102	250.481
Custo de infraestrutura	(269.565)	(203.142)
Margem	(61.463)	47.339
% Margem percebida	-29,54%	18,90%
Operação & Manutenção		
Receita de operação e manutenção	606.157	566.620
Custo de operação e manutenção	(156.600)	(159.707)
Margem	449.557	406.913
% Margem percebida	74,17%	71,81%

24. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Controladora					
	Exercício findo em					
	31/12/2023			31/12/2022		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia						
Ambiente livre - comercialização	341.904	180,14	61.590	193.224	164,22	31.732
Ambiente livre - partes relacionadas	92.300	77,88	7.188	110.300	68,75	7.583
Ambiente regulado	166.440	210,00	34.952	166.438	210,00	34.952
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	2.229	-	-	193
Total			105.959			74.460
Energia comprada para revenda						
Ambiente livre	(262.915)	67,27	(17.685)	(75.912)	175,60	(13.330)
Ambiente livre - partes relacionadas	(341.332)	259,22	(88.481)	(414.900)	207,88	(86.251)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(2.581)	-	-	(21)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	9.598	-	-	11.969
Total			(99.149)			(87.633)
	Consolidado					
	Exercício findo em					
	31/12/2023			31/12/2022		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia						
Ambiente livre	570.350	354,19	202.011	532.814	331,76	176.769
Ambiente livre - comercialização	841.322	160,92	135.383	842.939	139,70	117.758
Ambiente regulado	2.199.483	209,63	461.081	1.952.345	200,40	391.248
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	17.708	-	-	9.583
Total			816.183			695.358
Energia comprada para revenda						
Ambiente livre	(662.527)	71,99	(47.698)	(487.206)	109,84	(53.517)
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	(13.665)	-	-	(6.102)
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	11.080	-	-	17.138
Total			(50.283)			(42.481)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

25. Custos e despesas

Controladora					
Exercício findo em					
31/12/2023			31/12/2022		
Despesas	Custos dos serviços prestados	Total	Despesas	Custos dos serviços prestados	Total
Gerais e administrativas			Gerais e administrativas		
Energia comprada para revenda (nota 24)	-	(99.149)	-	(87.633)	(87.633)
Pessoal	(18.218)	-	(13.373)	(760)	(14.133)
Honorários da administração	(14.474)	-	(14.071)	-	(14.071)
Material	(158)	-	339	-	339
Serviços de terceiros	(12.397)	-	(9.487)	-	(9.487)
Depreciação e amortização	(2.014)	-	(3.693)	-	(3.693)
Provisões	(4.860)	-	(226)	-	(226)
Aluguéis	(2.456)	-	(187)	-	(187)
Seguros	(779)	-	(129)	-	(129)
Doações, contribuições e subvenções	(403)	-	(477)	(137)	(614)
Tributos e taxas	(1.148)	-	(171)	-	(171)
Outros	(511)	-	(275)	-	(275)
Total	(57.418)	(99.149)	(41.750)	(88.530)	(130.280)

Consolidado				
Exercício findo em				
31/12/2023				
Custos		Despesas		Total
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Energia comprada para revenda (nota 24)	(50.283)	-	-	(50.283)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(47.613)	-	-	(47.613)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(9.367)	-	-	(9.367)
Pessoal	(100.774)	(5.552)	(63.423)	(169.749)
Honorários da administração	-	-	(34.279)	(34.279)
Material	(14.746)	(145.894)	(1.348)	(161.988)
Serviços de terceiros	(105.444)	(57.528)	(56.401)	(219.373)
Depreciação e amortização	(147.878)	-	(6.034)	(153.912)
Provisões para contingências	(305)	-	(4.867)	(5.172)
Aluguéis	(15.186)	-	(4.330)	(19.516)
Seguros	(24.163)	(1.034)	(1.810)	(27.007)
Doações e contribuições	(1.024)	-	(7.403)	(8.427)
Tributos e taxas	(8.618)	(5.227)	(2.376)	(16.221)
Outros	(2.801)	(54.330)	(2.394)	(62.587)
Perda na revisão tarifaria, líquida de impostos (Nota 9)	-	-	-	(60.972)
Total	(528.202)	(269.565)	(184.665)	(1.046.466)

Consolidado				
Exercício findo em				
31/12/2022				
Custos		Despesas		Total
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Energia comprada para revenda (nota 24)	(42.481)	-	-	(42.481)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(40.543)	-	-	(40.543)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(9.577)	-	-	(9.577)
Pessoal	(98.068)	(9.433)	(54.826)	(162.327)
Honorários da administração	-	-	(32.233)	(32.233)
Material	(18.161)	(102.823)	(1.750)	(122.734)
Serviços de terceiros	(91.652)	(71.982)	(42.727)	(206.361)
Depreciação e amortização	(141.740)	-	(7.842)	(149.582)
Provisões para contingências	(907)	(2.316)	(133)	(3.356)
Aluguéis	(9.460)	(279)	(2.105)	(11.844)
Seguros	(22.090)	(1.060)	(1.493)	(24.643)
Doações e contribuições	(1.040)	-	(4.831)	(5.871)
Tributos e taxas	(8.676)	(12.148)	(4.900)	(25.724)
Outros	(5.116)	(3.101)	(1.122)	(10.177)
Perda na revisão tarifaria, líquida de impostos (Nota 9)	-	-	-	(201.724)
Total	(489.511)	(203.142)	(153.962)	(1.049.177)

O valor de “Outros” em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras, líquida de impostos	93.802	71.688	262.317	225.525
Atualização monetária	2.352	2.770	11.258	12.434
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	9.691	-	9.691
Outras receitas com partes relacionadas (nota 28)	1.010	166	-	-
Outras receitas financeiras	292	58	8.376	6.250
Total	97.456	84.373	281.951	253.900
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre dívida	(91.951)	(87.564)	(1.162.967)	(1.173.137)
Ganho (perda) na variação cambial	(3.699)	(163)	32.661	(7.541)
Atualização monetária	-	-	(6.211)	(9.300)
Juros sobre arrendamentos	(61)	(131)	(3.246)	(7.693)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	(4.306)	(353)	(4.306)
Encargos sobre opções outorgadas	(22)	-	(79)	-
Despesas bancárias	(736)	(1.007)	(15.895)	(16.671)
Outras despesas financeiras	(812)	(460)	(3.293)	(1.378)
Total	(97.281)	(93.631)	(1.159.383)	(1.220.026)
Resultado financeiro líquido	175	(9.258)	(877.432)	(966.126)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	45.864	45.376	97.457	78.568
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.604	1.604	4.818	11.969
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	13.295	28.305
Total de Imposto de renda e contribuição social compensáveis	48.468	46.980	115.570	118.842
Circulante	48.468	46.980	112.383	115.655
Não circulante	-	-	3.187	3.187

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	385	5.716	15.990	49.389
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.800	47.561	50.806
Total de Imposto de renda e contribuição social a pagar	385	7.516	63.551	100.195

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	42.962	40.146	2.816	9.189
Ativo contratual da concessão	(2.877.923)	(2.744.121)	(129.827)	(121.272)
Direito de extensão da outorga (intangível)	(20.738)	(22.119)	1.381	-
Arrendamento	1.309	1.039	270	-
Diferimento Art. 69 Lei 12.973	50.387	53.433	(3.046)	-
Lucro não realizado	18.834	19.762	(928)	-
Depreciação fiscal	(68.114)	(40.454)	(27.660)	-
Limite de despesas com juros	19.683	12.011	7.672	-
Provisões	3.674	2.110	1.564	-
Transações em moeda estrangeira	1.534	10.202	(8.668)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(3.585)	(3.585)	-	-
Outros	(5)	24.320	(24.325)	16.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(2.831.982)	(2.647.256)	(180.751)	(95.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	58.800	53.272		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(2.890.782)	(2.700.528)		

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973/2014, são: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas Foz do Rio Claro, AF Energia, ELTE, TCC, TPE, ETB, Verde 8 e Risaralda possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas acumulam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam ativos fiscais diferidos, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia e de certas controladas não tem expectativa de base tributável de resultados que garantam a realização.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Base de cálculo	Efeito contábil						
Prejuízo fiscal	621.630	155.407	623.993	155.998	701.531	175.997	623.993	155.998
Base negativa de contribuição social	654.779	58.930	654.612	58.915	728.550	65.568	654.612	58.915

c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

a) Composição dos tributos no resultado:

Imposto de renda e contribuição social correntes	(890)	(7.516)	(148.526)	(140.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(180.751)	(95.452)
Total	(890)	(7.516)	(329.277)	(235.956)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

Resultado antes dos tributos	694.953	925.982	1.480.263	1.899.829
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(236.284)	(314.834)	(503.289)	(645.942)

Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:

Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE	-	-	177.859	138.394
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	-	-	2.973	2.521
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	487	(179)	1.098	3.659
Resultado de equivalência patrimonial	238.387	304.709	(13.997)	1.805
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	180	-	181	11.498
Efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	69.029	78.107
Efeito da alíquota das empresas localizados no exterior	-	-	(13.298)	(1.201)
Ajuste de exercícios anteriores	(504)	-	(262)	-
Mudança na alíquota média de imposto de renda diferido	-	-	(51.786)	168.044
Outras	(3.156)	2.788	2.215	7.159
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(890)	(7.516)	(329.277)	(235.956)

c) Alíquota efetiva

0,1%	0,8%	22,2%	12,4%
-------------	-------------	--------------	--------------

Incentivos fiscais SUDAM/SUDENE garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ocorreram mudanças nas alíquotas médias do imposto de renda e consequentemente o imposto de renda diferido foi remensurado. As mudanças ocorreram por conta dos incentivos fiscais federais SUDAM/SUDENE da controlada EATE, que foi encerrado, e das controladas TCC, TPE e ETB que teve início durante o ano de 2022.

a) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2023				
	Alíquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:	Regime de tributação
Controladas					
ACE	9,25%	-	-	-	Lucro Real
AETE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
AF	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Água Limpa	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	-	-	-	(***)
Alupar Peru	Não aplicável	-	-	-	(***)
EAP I	3,65%	2022	-	-	Lucro Presumido
EAP II	3,65%	2022	-	-	Lucro Presumido
EAP III	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP V	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VI	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EAP VII	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2023	-	Lucro Real
EBTE	9,25%	-	2031	-	Lucro Real
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDTE	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
EDV I	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
EDV IV	9,25%	-	-	-	Lucro Real
EDV X	9,25%	-	-	-	Lucro Real
ELTE	9,25%	2027	-	-	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ERTE (*)	3,65%	-	2024	-	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	-	2032	-	Lucro Real
ETAP	9,25%	-	2029	-	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030	2020	Lucro Real
ETC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETEM	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNi 9,25%	-	2025	-	Lucro Real
ETES	9,25%	2024	2030	-	Lucro Real
ETSE	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
ETVG	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
Ferreira Gomes (**)	9,25%	-	2026	-	Lucro Real
Foz (**)	9,25%	-	-	-	Lucro Real
GET	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Ijuí (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Iracema	9,25%	-	-	-	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	-	-	-	(***)
Lavrinhas (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Lumitrans	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Queluz (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Risaralda	Não aplicável	-	-	-	(***)
STC	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
STN	9,25%	-	2025	-	Lucro Real
TCC	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
TCE	Não aplicável	-	-	-	(***)
TECP	9,25%	-	-	-	Lucro Real
TEL	Não aplicável	-	-	-	(***)
TME	9,25%	-	2024	-	Lucro Real
TPE	9,25%	2022	2031	2020	Lucro Real
Transirapé	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transleste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Transminas	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Transudeste	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
TSM	9,25%	2023	-	-	Lucro Real
UFV Pitombeira	9,25%	2023	-	-	Lucro Real
Verde 8 (**)	3,65%	-	-	-	Lucro Presumido
Windepar	9,25%	-	-	-	Lucro Real
Controlada em conjunto					
TNE	9,25%	2027	-	-	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% Pis/Cofins. (**) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) O regime de tributação das controladas do exterior seguem as determinações da legislação fiscal de seus respectivos países.

28. Partes relacionadas

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Balanco patrimonial				
Contas a receber	5.260	7.460	-	-
Verde 08 - Venda de energia ambiente livre (iii)	242	-	-	-
Ferreira Gomes - Venda de energia ambiente livre (iii)	595	-	-	-
La Virgen - comissão de aval (iv)	303	3.347	-	-
TPE - comissão de aval (iv)	1.757	1.788	-	-
ETB - comissão de aval (iv)	1.247	1.191	-	-
TCC - comissão de aval (iv)	1.116	1.134	-	-
Outros ativos	26.418	9.460	-	-
Alupar Peru - reembolso de despesas bancárias	274	1.409	-	-
La Virgen - reembolso de despesas bancárias	-	199	-	-
TCE - reembolso de despesas bancárias	83	-	-	-
EAPs - reembolso de despesas	8.383	-	-	-
Alupar Colômbia - Mútuo (v)	17.678	7.852	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	293	293
Gentermo Participações S/A.	-	-	293	293
Passivo				
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre (i)	7.935	7.197	-	-
EAP I	451	-	-	-
Ferreira Gomes	7.484	7.197	-	-
Dividendos a pagar (ii)	274.289	421.978	331.379	552.380
Acionistas controladores	133.543	220.122	133.543	220.122
Acionistas minoritários da controladora	140.746	201.856	140.746	201.856
Acionistas não controladores	-	-	57.090	130.402

Parte relacionada / natureza da transação	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022

Demonstração do resultado

Receita operacional bruta	65.793	121.959
Ferreira Gomes - Suprimento de energia (iii)	4.335	7.028
Foz do Rio Claro - Suprimento de energia (iii)	-	555
Verde 8 - Suprimento de energia (iii)	2.853	-
TPE - comissão de aval (iv)	21.264	21.057
ETB - comissão de aval (iv)	14.644	13.993
TCC - comissão de aval (iv)	13.513	13.373
La Virgen - comissão de aval (iv)	9.184	65.953
Custo - Energia comprada para revenda (i)	(88.481)	(86.251)
Ferreira Gomes	(86.157)	(80.237)
EAP I	(2.324)	-
Queluz	-	(1.400)
Lavrinhas	-	(1.400)
Verde 8	-	(3.214)
Receitas financeiras	1.010	166
Alupar Colômbia- Mútuo (v)	1.010	166

- i) Refere-se a compra de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos de venda de outras controladas, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 24;
- ii) Refere-se aos dividendos a pagar pela Companhia e suas controladas aos acionistas;
- iii) Refere-se a venda de energia da Alupar para suas controladas em decorrência da necessidade das mesmas de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos, conforme preço médio de compra demonstrado na nota explicativa nº 24;
- iv) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos/financiamentos, prestados pela Alupar em favor das controladas, cuja remuneração cobrada é de 1,55% ao ano do saldo garantido pela Alupar, devida a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até o término da fiança. As condições comerciais foram aprovadas tanto pela ANEEL quanto pelos acionistas não controladores dessas controladas. Em relação a controlada La Virgen, a remuneração cobrada é de 2,00% ao ano do saldo garantido da Alupar desde o início de sua construção.
- v) Refere-se a mútuo firmado entre a Alupar e sua controlada Alupar Colombia, em 25 de abril de 2022 no valor total de até US\$1.800 mil, com juros de 7,50% a.a e vencimento em 1º. de dezembro de 2029. Em 16 de junho de 2023, foi firmado aditivo ao contrato de mútuo que alterou o valor do contrato para até US\$3.300 mil e o vencimento para 1º. de dezembro de 2030. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi disponibilizado à Alupar Colômbia o montante de R\$8.872 (R\$7.838 em 31 de dezembro de 2022) totalizando no saldo em aberto a receber de R\$17.678 (R\$12.977 em 31 de dezembro de 2022).

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre Companhia e suas controladas referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato n°/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/23
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O FIADOR constituiu-se fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA por todas as obrigações contraídas pela AFIANÇADA perante o BENEFICIÁRIO decorrentes da Operação Financeira, caso Standby Letter of Credit seja executada por MUFG Union Bank, N.A. o seu cessionário (as "Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo de principal de USD\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares americanos), além de todos os encargos, contratuais, fiscais ou de outra natureza sobre eles incidentes, inclusive despesas e penalidades.	USD \$25.000	18/07/22	10/07/27	556.261
-	-	TCE	Alupar	Contrato de financiamento MUFG Bank	O Fiador qualificado no preâmbulo da presente Carta de Fiança constitui-se fiador e principal pagador, e solidariamente responsável com a Afiançada por todas as obrigações, principais e acessórias, contraídas pela Afiançada perante os Secured Creditors no Contrato de Crédito (nesta fiança representados pelo Beneficiário, que atua em nome dos Secured Creditors) sob o Contrato de Crédito (as "Obrigações Garantidas"), respondendo pelo valor máximo de principal de US\$107.530.000 (cento e sete milhões e quinhentos e trinta mil dólares), acrescida dos juros remuneratórios e demais encargos previstos no Contrato de Crédito.	US\$107.530	18/07/22	10/07/27	556.261
-	-	Pitombeira	Alupar	Debênture 1ª emissão	Fiança	200.000	22/09/22	22/09/24	237.363
-	-	EAP I	Alupar	Empréstimo Banco CITIBANK	Descrição do Fato da Natureza Capitais Estrangeiros - Empréstimos e financiamentos - Empréstimos diretos - longo prazo n° contrato 000308801352	(USD) 20.293	21/06/22	24/01/24	17.365
-	-	EAP II	Alupar	Empréstimo Banco CITIBANK	Descrição do Fato da Natureza Capitais Estrangeiros - Empréstimos e financiamentos - Empréstimos diretos - longo prazo n° contrato 000308801547	(USD) 27.707	21/06/22	24/01/24	45.359
-	-	Foz do Rio Claro	Alupar	1ª Emissão de Debentures	Fiança Irrestrita	600.000	08/10/21	15/09/28	622.573
-	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo junto ao Banco Itaú	COP 120.000.000	30/05/18	30/05/25	97.914
05/09/22	Junta General de Accionistas de La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Contrato de préstamo de Largo prazo	PAGARÉ A FAVOR DE BTG CHILE	(USD) 55,000	06/09/22	11/09/29	262.125
05/09/22	Junta General de Accionistas de La Virgen S.A.C.	La Virgen SAC	Alupar	Contrato de préstamo de Largo prazo	PAGARÉ A FAVOR DE BTG CAYMAN	(USD) 35,000	06/09/22	12/09/29	166.808

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato n°/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/23
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	15/05/12	15/04/26	8.311
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	173.881
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança Irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	56.828
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	12.987
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	1.763
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	10.715
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	2.346
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	199
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	2.608
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/ EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	1.363
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.029	10/03/05	10/02/25	883
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	2.886
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	245.408
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	16/08/18	15/09/25	154.836
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	852.540
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.341.539
11/12/17	Assembleia Geral Extraordinária	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	16/08/18	15/09/25	115.154
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	44.530
EDV II		32.220				11/02/16	15/10/32	25.133	
EDV III		49.007				11/02/16	15/10/32	38.426	
EDV IV		81.047				11/02/16	15/10/32	58.971	
EDV X		47.042				11/02/16	15/10/32	32.212	
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARS"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	69.123
-	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	191.475
06/11/19	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I, pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARS, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II, pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	14.700	10/12/19	15/10/32	13.812
EDV II		10.100				10/12/19	15/10/32	7.885	
EDV III		10.400				10/12/19	15/10/32	9.767	
EDV IV		11.900				10/12/19	15/10/32	10.810	
EDV X		12.900				10/12/19	15/10/32	12.113	
04/12/18	Assembleia Geral Extraordinária	EDTE	Alupar, TAESA e ENTE	2ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiadora	315.000	04/12/18	15/12/28	402.623
10/12/19	Assembleia Geral Extraordinária	ESTE	Alupar, TAESA, EATE e AF Energia	1ª Emissão de Debêntures (incentivada)	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	415.000	10/12/19	15/12/44	570.812
16/11/20	Assembleia Geral	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Itaú	Aval Corporativo em favor do Banco Itaú	USD 18.000	27/11/20	27/11/23	-
-	-	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Itaú	Aval Corporativo em favor do Banco Itaú	USD 7.500	27/11/23	30/11/26	37.098
-	-	Alupar Peru	Alupar	Contrato de empréstimo Banco Santander	Aval Corporativo em favor do Banco Santander	USD 35.000	02/12/21	06/12/24	178.855
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo Santander Luxemburgo	Contato de empréstimo Banco Santander. Aportes Alupar Colombia e TCE	USD \$11.000	17/11/20	17/11/24	53.072
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo Santander Luxemburgo	Contato de empréstimo Banco Santander. Aportes Alupar Colombia e TCE	USD \$7.000	20/01/21	17/11/24	33.773
-	-	Alupar Colombia	Alupar	Contrato de empréstimo BTG	Garantir as obrigações do Garantido nos Contratos de Crédito concedidos pelo Banco BTG	COP \$19.215.000	20/07/22	20/10/24	24.845

b.2) As transações de garantias entre a Companhia e suas controladas referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida / Contratante	Empresa Garantidora / Contratada	Contrato n°/Objeto	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/23
-	-	TCE	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299	30/11/16	29/08/24	COP \$ 53.259.299
-	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colombia	Fiança. Carta de Garantía para recibir el respaldo de Alupar Inversión de las obligaciones legales y comerciales, dentro del Contrato suscrito entre HENGTONG y TCE	USD \$12.598.211,20	05/02/20	Emisión del Certificado de Aceptación Final (CAF)	USD \$12.598.211,20
-	-	EDVI (Comodante)	Alupar (Comodatária)	Contrato de Comodato nº EVIV_JU_COM_0489-15 envolvendo área do imóvel denominado Sitio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica	-	-	01/06/15	01/06/45	-

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2023, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2023 no montante de até R\$14.315, líquido de encargos sociais – INSS, ônus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$1.846 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, R\$12.469 referentes à remuneração da Diretoria e R\$238 referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração da diretoria (i)	10.104	9.701	25.071	23.267
Remuneração do conselho	1.403	1.496	2.667	2.775
Encargos sociais do conselho e diretoria	2.967	2.874	6.541	6.191
Total	14.474	14.071	34.279	32.233

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

29.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	37.912	37.912	180.528	180.528	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	785.297	785.297	669.953	669.953	VJR	2
Investimentos de curto prazo	1.852.958	1.852.958	1.836.607	1.836.607	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	155.384	155.384	138.094	138.094	VJR	2
Contas a receber de clientes	341.151	341.151	318.929	318.929	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.244	10.244	7.088	7.088	VJORA	2
	3.182.946	3.182.946	3.151.199	3.151.199		
Passivos financeiros						
Fornecedores	191.620	191.620	239.119	239.119	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.339.778	2.339.778	2.519.618	2.519.618	Custo amortizado	-
Debêntures	9.434.653	9.434.653	9.116.488	9.112.076	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	46.085	46.085	44.794	44.794	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	270.522	270.522	116.330	116.330	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.860	8.860	VJORA	2
	12.282.658	12.282.658	12.045.209	12.040.797		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures e de suas controladas com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

29.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

(a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(i) Contas a receber de clientes

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes.

O contas a receber de clientes relacionado ao suprimento de energia, composto por contratos em ambiente regulado (ACR), ambiente livre (ACL) e mercado de curto prazo, são realizados através de normas e diretrizes com exigência de garantias e acompanhamento das operações, do qual não existem valores vencidos em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Em relação as controladas do segmento de transmissão, as mesmas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$11.774.431, sendo que 18,14% desse valor (ou R\$2.135.557) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira impactariam a Companhia e suas controladas, causando um aumento das despesas futuras das mesmas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 0,98 (1,01 em 2022) e do Consolidado é de 1,59 (1,51 em 2022).

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. As cláusulas restritivas (“covenants”) estão descritos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Outro ponto importante é que 94,35% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (94,27% em 31 de dezembro de 2022), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos

ao BNDES, emissão de debêntures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 11,71% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (12,97% em 31 de dezembro de 2022). Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábeis estão apresentados nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.831.551 (R\$2.825.182 em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 37,3% de recursos próprios em contrapartida a 62,7% de capital de terceiros (37,1% de recursos próprios e 62,9% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.339.778	2.519.618
Debêntures	665.030	666.826	9.434.653	9.116.488
Dívida bruta	665.030	666.826	11.774.431	11.636.106
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(168.176)	(343.170)	(823.209)	(850.481)
(-) Investimentos de curto prazo	(953.647)	(633.531)	(1.852.958)	(1.836.607)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(155.384)	(138.094)
Dívida líquida	(456.793)	(309.875)	8.942.880	8.810.924
Patrimônio líquido	7.355.541	6.958.063	10.628.790	10.371.619
Índice de endividamento líquido	(0,06)	(0,04)	0,84	0,85

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 110,8% em 31 de dezembro de 2023 (112,2% em 31 de dezembro de 2022).

(c) Riscos de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e das dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base em relatórios de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%
Equivalentes de caixa	CDI	785.297	70.677	35.338	53.008	88.346	106.015
Investimentos de curto prazo	CDI	1.852.958	166.766	83.383	125.075	208.458	250.149
Títulos e valores mobiliários	CDI	155.384	13.985	6.992	10.488	17.481	20.977
Total		2.793.639	251.428	125.713	188.571	314.285	377.141

Consolidado	Indexador	Taxa de juros média a.a.	Posição em 31/12/2023 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos				6,53%	3,27%	4,90%	8,16%	9,80%
	TJLP +	2,36%	470.145	42.529	26.817	34.673	50.386	58.242
	IPCA +	4,34%	223.536	18.806	14.258	16.532	21.080	23.354
	CDI +	2,89%	205.623	24.990	15.469	20.229	29.750	34.511
	IBR +	4,51%	121.230	19.084	12.274	15.679	22.489	25.894
	SOFR +	2,76%	1.089.599	79.573	54.828	67.200	91.945	104.317
Debêntures				9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%
	CDI +	1,44%	3.732.182	394.370	224.008	309.189	479.551	564.733
	IPCA +	5,70%	4.686.310	460.165	363.576	411.871	508.460	556.754
Total			10.528.625	1.039.517	711.230	875.373	1.203.661	1.367.805

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

(ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira a Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos, vide nota explicativa nº 29.3. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	12.004	58.115	22.412	116.820
Outros ativos	57	276	1.565	8.652
	<u>12.061</u>	<u>58.391</u>	<u>23.977</u>	<u>125.472</u>
Passivo				
Fornecedores	5.513	26.576	34.878	187.740
Empréstimos e financiamentos	270.974	1.312.624	205.171	1.516.900
Outros passivos	1.067	5.166	2.508	13.085
	<u>277.554</u>	<u>1.344.366</u>	<u>242.557</u>	<u>1.717.725</u>
Exposição líquida no balanço	(265.493)	(1.285.975)	(218.580)	(1.592.253)

(iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

(iv) Risco de Descontratação:

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar uma redução nas RAPs das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

(v) Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

29.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas da Companhia passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. As operações com NDFs realizadas pela Companhia foram iniciadas e encerradas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa (spread). Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações foram parte reconhecidos no "Ativo imobilizado", pois atenderam os critérios de capitalização, e parte foram reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" a medida que as controladas entraram em operação durante o ano de 2023. Esses instrumentos financeiros derivativos foram encerrados em 24 de janeiro de 2024.

A controlada indireta TCE, localizada na Colombia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujas liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como hedge de fluxo de caixa, sendo que a marcação a mercado é reconhecida em Outros resultados abrangentes.

Instrumentos de proteção para receita - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos, e assim ter maior previsibilidade do fluxo de caixa.

Instrumentos de proteção de dívida em dólares - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para trocar a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos. Os contatos de NDFs corresponde a cerca de 20% do crédito do financiamento.

Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no “Ativo imobilizado”, pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado Financeiro” quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado Financeiro”.

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting	Empresa	Nacional USD	Nacional R\$	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	Posição líquida		Efeito no resultado ou balanço no exercício findo de 31/12/2023		Efeito no resultado ou balanço no exercício findo de 31/12/2022	
						31/12/2023	31/12/2022	Valor justo	Ganho (perda) realizada	Valor justo	Ganho (perda) realizada
						Contratos cambiais futuros (NDF) - USD	Alupar	19.100	101.394	No vencimento	2022
Contratos cambiais futuros (NDF) - USD	TCE	20.851	104.413	No vencimento	2023	-	7.088	5.815	999	(9.516)	(11.860)
Swaps taxa flutuante SOFR 6M vs. taxa fixa	TCE	61.947	310.206	Semestral	2023~2036	10.244	(8.860)	1.435	2.530	6.544	538
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	20.293	104.308	Único no final	2023	-	1.345	(1.345)	(98)	1.345	(5.392)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	27.707	142.412	Único no final	2023	-	1.837	(1.837)	(255)	1.837	(7.361)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	3.581	17.463	Único no final	2024	(140)	-	(140)	-	-	-
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	9.354	45.614	Único no final	2024	(365)	-	(365)	-	-	-
						9.739	1.410	3.563	3.176	210	(18.690)
Ativo não circulante						10.244	7.088				
Passivo circulante						(505)	3.182				
Passivo não circulante						-	(8.860)				

30. Informações por segmento

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) “Outros” que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. Ao LAJIDA não é feito nenhum ajuste.

Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2023							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	3.207.358	811.915	58.605	114.113	4.191.991	(396.095)	(161.991)	3.633.905
Receita de operação e manutenção	608.146	-	-	7.396	615.542	(1.989)	(7.396)	606.157
Receita de infraestrutura	563.431	-	-	-	563.431	(355.329)	-	208.102
Remuneração do ativo da concessão	2.035.781	-	-	-	2.035.781	(38.777)	-	1.997.004
Suprimento de energia	-	805.456	-	106.717	912.173	-	(95.990)	816.183
Comissão de aval	-	-	58.605	-	58.605	-	(58.605)	-
Outras receitas operacionais	-	6.459	-	-	6.459	-	-	6.459
Deduções da receita operacional bruta	(304.523)	(51.161)	(4.792)	(10.697)	(371.173)	48.649	-	(322.524)
Receita operacional líquida	2.902.835	760.754	53.813	103.416	3.820.818	(347.446)	(161.991)	3.311.381
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(46.827)	-	(99.446)	(146.273)	-	95.990	(50.283)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(47.613)	-	-	(47.613)	-	-	(47.613)
CFURH	-	(9.367)	-	-	(9.367)	-	-	(9.367)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(153.828)	(121.142)	-	(7.119)	(282.089)	1.632	7.396	(273.061)
Custo de infraestrutura	(555.061)	-	-	-	(555.061)	285.496	-	(269.565)
Depreciação / Amortização	(4.497)	(145.990)	-	(211)	(150.698)	93	2.727	(147.878)
	(713.386)	(370.939)	-	(106.776)	(1.191.101)	287.221	106.113	(797.767)
Lucro bruto	2.189.449	389.815	53.813	(3.360)	2.629.717	(60.225)	(55.878)	2.513.614
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(76.792)	(36.411)	(69.974)	(1.749)	(184.926)	261	-	(184.665)
Equivalência patrimonial	-	-	937.881	-	937.881	-	(896.713)	41.168
Outras receitas	112.976	1.660	-	-	114.636	(63.024)	-	51.612
Outras despesas	(69.219)	-	(825)	-	(70.044)	6.010	-	(64.034)
	(33.035)	(34.751)	867.082	(1.749)	797.547	(56.753)	(896.713)	(155.919)
LAJIR	2.156.414	355.064	920.895	(5.109)	3.427.264	(116.978)	(952.591)	2.357.695
Depreciação / Amortização	6.880	147.003	2.638	211	156.732	(93)	(2.727)	153.912
LAJIDA	2.163.294	502.067	923.533	(4.898)	3.583.996	(117.071)	(955.318)	2.511.607
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(860.225)	(261.097)	(97.623)	(171)	(1.219.116)	118	59.615	(1.159.383)
Encargos de dívidas	(789.249)	(257.684)	(119.168)	(117)	(1.166.218)	5	-	(1.166.213)
Variações cambiais	(6.986)	14.628	25.019	-	32.661	-	-	32.661
Outras	(63.990)	(18.041)	(3.474)	(54)	(85.559)	113	59.615	(25.831)
Receitas financeiras	113.403	61.129	115.261	1.746	291.539	(8.578)	(1.010)	281.951
Receitas de aplicações financeiras	98.848	58.743	111.470	1.615	270.676	(8.359)	-	262.317
Outras	14.555	2.386	3.791	131	20.863	(219)	(1.010)	19.634
	(746.822)	(199.968)	17.638	1.575	(927.577)	(8.460)	58.605	(877.432)
LAIR	1.409.592	155.096	938.533	(3.534)	2.499.687	(125.438)	(893.986)	1.480.263
IR e CSLL correntes	(122.017)	(27.803)	(1.999)	-	(151.819)	3.293	-	(148.526)
IR e CSLL diferidos	(203.509)	(7.374)	(8.196)	22	(219.057)	39.234	(928)	(180.751)
	(325.526)	(35.177)	(10.195)	22	(370.876)	42.527	(928)	(329.277)
Lucro líquido do período	1.084.066	119.919	928.338	(3.512)	2.128.811	(82.911)	(894.914)	1.150.986
Atribuído aos acionistas controladores	608.352	100.895	924.410	(3.512)	1.630.145	(41.168)	(894.914)	694.063
Atribuído aos acionistas não controladores	475.714	19.024	3.928	-	498.666	(41.743)	-	456.923
Tota do Ativo	24.061.459	6.075.842	9.591.253	17.672	39.746.226	(1.218.363)	(10.031.192)	28.496.671
Investimentos avaliados pelo MEP	1.578.470	355.741	7.979.345	23	9.913.579	-	(9.689.820)	223.759
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	24.061.459	6.075.842	9.591.253	17.672	39.746.226	(1.218.363)	(10.031.192)	28.496.671

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2022							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	3.620.904	714.700	114.376	85.051	4.535.031	(66.257)	(218.769)	4.250.005
Receita de operação e manutenção	568.446	-	-	-	568.446	(1.826)	-	566.620
Receita de infraestrutura	292.788	-	-	-	292.788	(42.307)	-	250.481
Remuneração do ativo da concessão	2.759.670	-	-	-	2.759.670	(22.124)	-	2.737.546
Suprimento de energia	-	714.700	-	74.525	789.225	-	(93.867)	695.358
Prestação de serviços	-	-	114.376	-	114.376	-	(114.376)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	10.526	10.526	-	(10.526)	-
Deduções da receita operacional bruta	(351.206)	(53.249)	-	(20.344)	(424.799)	8.502	-	(416.297)
Receita operacional líquida	3.269.698	661.451	114.376	64.707	4.110.232	(57.755)	(218.769)	3.833.708
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(48.684)	-	(87.664)	(136.348)	-	93.867	(42.481)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(40.543)	-	-	(40.543)	-	-	(40.543)
CFURH	-	(9.577)	-	-	(9.577)	-	-	(9.577)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(158.000)	(103.184)	-	(7.385)	(268.569)	2.873	10.526	(255.170)
Custo de infraestrutura	(249.369)	-	-	-	(249.369)	46.227	-	(203.142)
Depreciação / Amortização	(4.656)	(136.988)	-	(172)	(141.816)	76	-	(141.740)
	(412.025)	(338.976)	-	(95.221)	(846.222)	49.176	104.393	(692.653)
Lucro bruto	2.857.673	322.475	114.376	(30.514)	3.264.010	(8.579)	(114.376)	3.141.055
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(71.383)	(36.798)	(46.745)	-	(154.926)	964	-	(153.962)
Equivalência patrimonial	-	-	930.587	-	930.587	-	(924.621)	5.966
Outras receitas	61.868	21.707	(576)	-	82.999	(7.541)	-	75.458
Outras despesas	(201.718)	(138)	(706)	-	(202.562)	-	-	(202.562)
	(211.233)	(15.229)	882.560	-	656.098	(6.577)	(924.621)	(275.100)
LAJIR	2.646.440	307.246	996.936	(30.514)	3.920.108	(15.156)	(1.038.997)	2.865.955
Depreciação / Amortização	7.203	137.988	4.295	172	149.658	(76)	-	149.582
LAJIDA	2.653.643	445.234	1.001.231	(30.342)	4.069.766	(15.232)	(1.038.997)	3.015.537
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(895.134)	(253.765)	(129.470)	(353)	(1.278.722)	73	58.623	(1.220.026)
Encargos de dívidas	(818.452)	(247.766)	(114.282)	(334)	(1.180.834)	4	-	(1.180.830)
Variações cambiais	(14.245)	14.156	(7.452)	-	(7.541)	-	-	(7.541)
Outras	(62.437)	(20.155)	(7.736)	(19)	(90.347)	69	58.623	(31.655)
Receitas financeiras	77.935	76.941	101.313	1.763	257.952	(1.681)	(2.371)	253.900
Receitas de aplicações financeiras	71.409	71.469	82.870	1.444	227.192	(1.667)	-	225.525
Outras	6.526	5.472	18.443	319	30.760	(14)	(2.371)	28.375
	(817.199)	(176.824)	(28.157)	1.410	(1.020.770)	(1.608)	56.252	(966.126)
LAIR	1.829.241	130.422	968.779	(29.104)	2.899.338	(16.764)	(982.745)	1.899.829
IR e CSLL correntes	(90.413)	(40.603)	(8.942)	(925)	(140.883)	379	-	(140.504)
IR e CSLL diferidos	(128.726)	1.353	6.373	1.099	(119.901)	4.687	19.762	(95.452)
	(219.139)	(39.250)	(2.569)	174	(260.784)	5.066	19.762	(235.956)
Lucro líquido do exercício	1.610.102	91.172	966.210	(28.930)	2.638.554	(11.698)	(962.983)	1.663.873
Atribuído aos acionistas controladores	1.610.102	91.172	966.210	(28.930)	2.638.554	(11.698)	(1.708.390)	918.466
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	745.407	745.407

31. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração direta	142.782	132.309
Auxílio alimentação	11.311	10.133
Assistência médica e seguro de vida	16.732	14.307
Vale transporte	194	162
Auxílio educação	474	555
Previdência privada (a)	3.176	3.020
Outros benefícios à empregados	3.941	8.649
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	10.572	10.054
Previdência social (INSS)	29.592	27.864
Total	218.774	207.053

- (a) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

32. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 estão assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	496.801	751
Responsabilidade Civil	4.440.000	2.207
Risco de Engenharia	789.463	913
Riscos Nomeados / Operacionais	9.800.015	7.075
Veículos	Valores de tabela	69
Seguro de Riscos Equipamentos	3.500	48
Fiel Cumprimento	99.604	968
Seguro Garantia Judicial	9.469	145
Seguro Garantia Performance	69.076	314

33. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada ELTE em fase pré-operacional mantém contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do respectivo empreendimento, no valor de R\$194.939.

34. Eventos subsequentes

• **Pagamento de dividendos intercalares**

Em 3 de janeiro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos intercalares no montante de R\$36.571, referentes a 30 de setembro de 2023, que foram aprovados pelo Conselho de Administração, em 9 de novembro de 2023. Esses dividendos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das S.A..

• **Constituição da Transmissora do Alto Paranaíba S.A. - TAP**

Em 22 de janeiro de 2024, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A. constituíram a Transmissora do Alto Paranaíba S.A. - TAP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Lote 2 (vide nota explicativa nº 1.2 (I)) do Leilão de Transmissão ANEEL 02/20223 nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,99%, ficando a Mercury com a participação de 0,001% sobre o capital social da TAP.

• **1ª Emissão de Debêntures – Eólica do Agreste Potiguar I – EAP I e – Eólica do Agreste Potiguar I – EAP II**

Em 15 de janeiro de 2024, as controladas EAP I e EPA II realizaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com as seguintes características:

	EAP I	EAP II
Quantidade de debêntures	25.000	55.000
Valor unitário	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Valor total	R\$25.000	R\$55.000
Taxa de juros	IPCA + 6,4% a.a.	IPCA + 6,4% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral	Semestral
Pagamento do principal	Anual	Anual
Prazo de Vencimento	15 anos e 11 meses	14 anos e 11 meses
Destinação dos recursos	Gastos incorridos na implementação da Central Eólica – AW São João	Gastos incorridos na implementação da Central Eólica – AW Santa Régia

Ambas as emissões estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, cujo cálculo é a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA relativos aos últimos doze meses, onde o resultado deverá ser menor que 4,5x, apurados trimestralmente com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Alupar. O recebimento das Debêntures ocorreu em 19 de janeiro de 2024.

• **Liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank e dos SWAPS – EAP I e EAP II**

Em 24 de janeiro de 2024, as controladas EAP I e EAP II concluíram a liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Banco Citibank e dos Swaps vinculados, nos montantes líquidos de R\$17.738 e R\$46.331, respectivamente.

- **Entrada em operação comercial – UFV Pitombeira**

Em 16 de fevereiro de 2023 a controlada UFV Pitombeira, localizada no complexo eólico Energia dos Ventos, no município de Aracati, Estado do Ceará, com potência instalada de 61,7 MWp e garantia física de 15,9 MW médios, obteve autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial.

* * *

José Luiz Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras

São Paulo, 05 de março de 2024.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 05 de março de 2024.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial